

A Ascensão da China e a Ordem Internacional: Comparação da Política Externa Chinesa em relação aos EUA na Era de Deng Xiaoping e na Era de Xi Jinping

Mariana Isabel Alves Morgadinho

Orientadora: Prof.^a Doutora Isabel Rute Sousa do Amaral Xavier
Cabrita

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Relações Internacionais

Lisboa
2021

Folha de Rosto

A Ascensão da China e a Ordem Internacional: Comparação da Política Externa Chinesa em relação aos EUA na Era de Deng Xiaoping e na Era de Xi Jinping

Mariana Isabel Alves Morgadinho

Orientadora: Prof.^a Doutora Isabel Rute Sousa do Amaral Xavier Cabrita

*Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais*

Júri:

Presidente:

- Doutora Teresa Manuela Rebelo Fernandes de Almeida e Silva,
Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor Nuno Gonçalo de Carvalho Canas Mendes,
Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de
Lisboa;

- Doutora Isabel Rute Sousa do Amaral Xavier Cabrita,
Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de
Lisboa, na qualidade de Orientadora.

*Lisboa
2021*

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO.....	9
1. Objeto de estudo.....	9
2. Objetivos de investigação.....	10
3. Definição da questão de partida e questões específicas	10
4. Enquadramento Teórico e Conceptual	11
4.1. Teoria da Ordem Hegemónica	11
4.2. Teoria da Transição de Poder.....	11
5. Conceitos operacionais.....	14
5.1. Definição de Política Externa.....	14
5.2. Definição de Instrumentos de Política Externa	14
5.3. Definição de Estratégia	16
5.4. Definição de Poder Suave (<i>Soft Power</i>).....	16
6. Estado da Arte (ou Revisão da Literatura).....	16
7. Opções metodológicas.....	20
7.1. Tipo de Abordagem	20
7.2. Estratégia de recolha e análise dos dados	21
7.2.1. Recolha de dados	21
7.2.2. Análise dos dados	23
8. Limitações à investigação	23
Capítulo I – Política Externa Chinesa	23
1. Contexto histórico-político precedente à era de Mao Zedong.....	23
2. Política Externa Chinesa na era de Mao Zedong.....	26
3. Política Externa Chinesa na era de Deng Xiaoping.....	32

4. Política Externa Chinesa na era de Xi Jinping	36
4.1. Principais características	36
4.2. Diplomacia das Vacinas	45
Capítulo II – Política Externa Chinesa em relação aos Estados Unidos da América.....	47
1. Na era de Deng Xiaoping.....	47
2. Na era de Xi Jinping	49
2.1. Livros Brancos de Defesa da República Popular da China (2013-2019).....	51
2.2. Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (2010-2021)	52
Conclusões e Observações finais.....	59
Referências Bibliográficas.....	63

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o profundo agradecimento à pessoa que orientou o meu trabalho, a Prof.^a Doutora Isabel Cabrita, pela compreensão, pelos conselhos prestados e pela infindável paciência, o seu contributo tornou-se decisivo e imprescindível para a elaboração desta dissertação.

Em segundo lugar, esta dissertação não seria possível sem a contribuição e o apoio incondicional da minha família e amigos, cujo carinho e paciência não posso deixar de agradecer. Um especial destaque ao meu melhor amigo e companheiro de vida, Luís Rosado, que acreditou sempre em mim, e cujo apoio e carinho insubstituíveis foram fonte da força que me permitiu levar a cabo este propósito.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender se se verificam mudanças entre a Política Externa da República Popular da China (RPC) em relação aos Estados Unidos da América (EUA) na era de Deng Xiaoping (1979-1992) e na era de Xi Jinping (2013-2021). A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, que permitiu interpretar os factos e analisar as diferenças da política externa chinesa.

A ascensão internacional da China decorrente do conjunto de reformas económicas introduzidas por Deng Xiaoping, na década de 90, e da estratégia de engajamento dos EUA contribuíram para que a atual liderança chinesa ambicionasse uma maior participação na ordem internacional. Com Xi Jinping, a China pensa como um poder global e propõe uma visão global – “a construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade” – que assenta na igualdade soberana e em interesses e responsabilidades comuns, afigurando-se como uma alternativa à atual ordem internacional (liderada pelos EUA).

A ascensão da China e a transição da estratégia internacional de Deng Xiaoping “mantém um perfil discreto” para a estratégia de Xi Jinping “lutar por conquistas” provocaram receios e oposição por parte de outras potências regionais, e também dos EUA.

A nova assertividade da China resultou na deterioração da relação com os EUA, que mudou a respetiva estratégia de “engajamento” para uma estratégia “competitiva” a partir da Administração Trump (2017-2021), numa tentativa de defesa dos seus objetivos nacionais e de resolução do problema securitário na região da Ásia-Pacífico. Com a Administração Biden, o debate sobre a cooperação dos EUA com a China em áreas de interesse comum é reforçado, mas os EUA não querem comprometer a ordem internacional atual.

Concluiu-se evidenciando a alteração da estratégia internacional chinesa com Xi Jinping, que ambiciona concretizar a regeneração nacional da China, através do desenvolvimento de instituições e normas internacionais que melhor representem os seus interesses e a obtenção de ganhos mútuos, como por exemplo, a BRI.

Palavras-Chave: Política Externa Chinesa; EUA; Ordem Hegemónica; Transição de Poder.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand if there are changes between the Foreign Policy of the People’s Republic of China (PRC) in relation to the United States of America (U.S.) in the era of Deng Xiaoping (1979-1992) and in the era of Xi Jinping (2013-2021). The methodology used was the qualitative approach, which allowed interpreting the facts and analyzing the differences in the Chinese foreign policy.

China’s international rise resulting from the set of economic reforms introduced by Deng Xiaoping, in the 1990’s, and the U.S. strategy of engagement contributed to the current Chinese leadership’s ambitions for a greater participation in the international order. With Xi Jinping, China thinks like a global power and proposes a global vision – “the construction of a common destiny community for humanity” – based on sovereign equality and common interests and responsibilities, appearing as an alternative to the current international order (led by the U.S.).

The rise of China and the transition from Deng Xiaoping’s international strategy “keep a low profile” to Xi Jinping’s “striving for achievements” strategy has sparked worries and opposition among other regional powers, as well as the U.S.

This new assertiveness of China resulted in the deterioration of the relationship with the U.S., which shifted from an “engagement” strategy to a “competitive” strategy with the Trump Administration (2017-2021), in an attempt to defend its national objectives and to resolve the security problem in the Asia-Pacific region. With the Biden Administration, the debate on U.S. cooperation with China in areas of common interest is reinforced, but the U.S does not want to compromise the current international order.

It concludes by highlighting the change in Chinese international strategy with Xi Jinping, who aims to achieve national regeneration of China, through the development of international institutions and norms that better represent their interests and obtain mutual gains, such as BRI.

Keywords: China’s Foreign Policy; U.S.; Hegemonic Order; Power Transition.

INTRODUÇÃO

1. Objeto de estudo

Esta dissertação tem como objeto de estudo a política externa da República Popular da China (RPC) em relação aos Estados Unidos da América (EUA) na era de Deng Xiaoping (1979-1992) e na era de Xi Jinping (2013-2021).

Com o novo coronavírus, o SARS-CoV-2, observámos a retração internacional da Administração Trump favorecendo a expansão da influência chinesa nos organismos multilaterais e o crescimento da economia da China numa situação generalizada de retrocesso económico (Rato, Tomé, & Simão, 2020). Simultaneamente, observámos um aumento do sentimento anti-China por parte da opinião pública norte-americana, justificando a crescente hostilidade no relacionamento sino-americano (Sobral, 2020). Apesar disso, a máquina de propaganda chinesa soube aproveitar-se da situação e converteu a situação de crise em oportunidades (Rato, Tomé, & Simão, 2020).

Na perspetiva da teoria de transição de poder, a China está na posição de potência em emergência, apresentando-se como um desafio para a potência dominante, que, por enquanto, são os EUA. O trunfo da China contemporânea é o seu poderio económico, expresso através do investimento externo, criando dependências e lealdades para contrabalançar o sistema de alianças norte-americano desacreditado pela Administração Trump, e posteriormente, reafirmado pela Administração Biden (Pinto, 2021, pp. 419-420). Perante a iminente destruição mútua no emprego direto da força, o duelo sino-americano está condicionado pelo equilíbrio e competição económica, diplomática e geoestratégica (Pinto, 2021, pp. 420-421).

Após o colapso da URSS, verificou-se na RPC uma transição socioideológica da ideologia radical de Mao Zedong em prol do desenvolvimento económico (Saich, 2004, p. 308). Com a eleição do Presidente Xi Jinping¹, a estratégia de “manter um perfil discreto” (“*keep a low profile*”), adotada por Deng Xiaoping, foi substituída pela estratégia “lutar por conquistas” (“*striving for achievements*”), baseada na procura do Sonho Chinês (Xuetong, 2014).

¹ Em 15 de novembro de 2012, Xi Jinping foi eleito Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), e Presidente da Comissão Militar Central (CMC).

2. Objetivos de investigação

Com base no contexto referido, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral para esta pesquisa: Averiguar se se verifica alguma mudança na política externa chinesa em relação aos EUA na era de Xi Jinping em comparação com a política externa na era de Deng Xiaoping.

Para além do objetivo geral estabeleceram-se três objetivos específicos:

- OE. 1 – Identificar e compreender as principais linhas orientadoras da política externa chinesa na era de Deng Xiaoping (1979-1992) e na era de Xi Jinping (2013-2021) em relação à ordem internacional;
- OE. 2 – Identificar as eventuais diferenças entre a política externa chinesa em relação aos EUA na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping;
- OE. 3 – Identificar as razões ou fatores moduladores da política externa chinesa em relação aos EUA na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping.

3. Definição da questão de partida e questões específicas

A questão de partida orientou a pesquisa e estabeleceu uma visão geral daquilo que se procurou verificar com a Dissertação.

QP – Verifica-se alguma mudança na política externa chinesa em relação aos EUA na era de Xi Jinping em comparação com a política externa chinesa na era de Deng Xiaoping?

Para além da referida questão de partida, ainda se estabeleceram três questões específicas:

- Q.E. 1 – Quais são as principais linhas orientadoras da política externa chinesa em relação à ordem internacional na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping?
- Q.E. 2 – Existem diferenças entre a política externa chinesa em relação aos EUA na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping?
- Q.E. 3 – Quais são as razões ou fatores subjacentes à política externa chinesa em relação aos EUA na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping?

4. Enquadramento Teórico e Conceptual

4.1. Teoria da Ordem Hegemónica

A teoria da Ordem Hegemónica “coloca as potências no centro de uma teia de interações sistêmicas que restringem o seu papel e progressivamente põe fim à ordem hegemónica” (Attinà, 2020, p. 13).

Attinà (2020) realça que a ordem hegemónica não é um elemento estático ou incontestável. Além disso, o autor refere dois fatores que poderão acabar com a existência da ordem: 1) a constante transformação e evolução do sistema político mundial supera a capacidade de resposta da potência hegemónica, da sua coligação² e das instituições e políticas existentes; 2) o aparecimento de novos problemas coletivos que carecem de resposta face à ineficiência das políticas e instituições existentes (18-19).

4.2. Teoria da Transição de Poder

A transição de poder ocorre quando uma potência em ascensão de cariz revisionista alcança poder suficiente para ameaçar a potência hegemónica dominante (Ikenberry & Nexon, 2019, p. 402 ; Kim & Gates, 2015, p. 220).

A transição de poder pode ser pacífica ou violenta. A transição será violenta quando a potência hegemónica emergente está insatisfeita com o *status quo* ou quando a potência hegemónica dominante em declínio vê a sua sobrevivência e domínio ameaçados (Ikenberry & Nexon, 2019, p. 402 ; Kim & Gates, 2015, p. 220).

Compreende-se Potência Hegemónica Emergente, através da definição de Nye (1990), o “termo hegemonia é aplicável a uma infinidade de situações, nas quais um Estado aparenta ter consideravelmente mais poder dos que os outros, e é capaz de ditar, ou pelo menos, dominar as regras e acordos das relações internacionais” (p. 186). Neste âmbito, o Estado hegemónico é o “governante dos Estados dominados” (Ikenberry & Nexon, 2019, p. 400), existindo uma assimetria de poder e de domínios sobre os restantes Estados no Sistema Internacional.

Neste contexto, Lanteigne (2020) sugere que quando um poder hegemónico no topo da hierarquia global é confrontado com a ascensão de outro poder insatisfeito com o *status quo*, a

² Entende-se por “coligação” um grupo de Estados que partilham traços culturais comuns e têm interesse em resolver problemas comuns (Attinà, 2020, p. 18).

guerra torna-se uma forte possibilidade, salvo se os dois atores encontrarem uma forma de coexistência ou se houver uma noção conjunta de que o conflito será demasiado oneroso para ambos (p. 3).

Ou seja, o poder hegemónico dominante e o emergente têm diferentes visões em relação à ordem internacional, o que poderá levar a uma multiplicação dessas diferenças e ao conflito (Ikenberry & Nexon, 2019, p. 411). A solução para a resolução do conflito passará por um “equilíbrio militar” (*hard balancing*) – como no caso da Guerra Fria – ou “equilíbrio suave” (*soft balancing*) – através da diplomacia e do comércio (Lanteigne, 2020, p. 157). Todavia, o conflito não é inevitável (Kim & Gates, 2015, p. 221).

Neste contexto, Attinà (2020) afirma que as ordens hegemónicas cessam perante o conflito entre o Estado dominante que deseja manter o *status quo* e o Estado revisionista que ambiciona substituir a ordem existente e implementar uma nova ordem internacional (p. 19).

A Ordem Internacional é entendida como “as regras estabelecidas e o acordo entre os Estados que definem e orientam suas interações” (Ikenberry & Nexon, 2019, p. 411). Neste contexto, a ordem internacional “é o resultado da estrutura – material e ideacional –, processos e agentes que num determinado tempo e espaço constituem e definem as relações internacionais” (Sousa, 2014, p. 165).

Segundo Attinà (2020), o Estado hegemónico estabelece a sua posição no Sistema Internacional ao compartilhar valores e interesses com uma grande coligação de Estados, e resolvendo problemas comuns (pp. 20-21). O autor também salienta que o fornecimento de bens públicos assegura a estabilidade hegemónica e estimula a conformidade dos restantes Estados do Sistema Internacional. Por sua vez, a ineficiência no fornecimento de bens públicos e/ou a diminuição na capacidade de resposta aos problemas comuns motiva a deslegitimação do Estado dominante e o surgimento de novas coligações de Estados, que pretendem implementar uma nova ordem internacional com princípios e instituições capazes de solucionar os novos problemas comuns (pp. 20-21).

O desejo de reemergência da China e de recuperação do domínio regional³ remete-nos igualmente à teoria realista, visto que “a situação ideal de qualquer potência é ser a potência

³ Aludo ao domínio regional auferido pelo Império chinês (séc. III a.C. – séc. XIX d.C.) na Ásia, enquanto «Império do Meio» – “*everything beneath heaven*” – que refletia uma hierarquia universal e não um equilíbrio de Estados a competir entre si, e era representado pelo sistema de tributos (Kissinger, 2011, pp. 213-214).

hegemónica no sistema, porque assim a sobrevivência seria quase garantida” (Mearsheimer, 2010, p. 387).

Sublinha-se que a ascensão da China constitui uma ameaça aos EUA – poder hegemónico dominante – à medida que o intervalo de poder diminui. Isto porque, segundo a “armadilha de Tucídides”, quando um poder emergente ameaça o poder estabelecido, a guerra poderá ser uma consequência natural. Na Guerra do Peloponeso (431 a.C. – 404 a.C.), Tucídides identificou dois fatores essenciais que motivam essa dinâmica e que conduzem à guerra: 1) o poder emergente tem o desejo de obter mais poder; 2) o medo, a insegurança e o desejo determinante de defender o *status quo* sentidos pelo poder estabelecido (Allison, 2015).

Attinà (2020) analisou a ordem hegemónica dominada pelos EUA baseando-se nas diferentes fases de uma ordem hegemónica estabelecidas por Modelski: 1) implementação; 2) deslegitimação; 3) reconfiguração da coligação; e 4) macro-decisão (p. 19). A fase da implementação verificou-se após a 2ª Guerra Mundial, quando a coligação dominante composta por Estados Ocidentais perante problemas comuns decidiu criar organizações e normas internacionais para a sua resolução (p. 23). Nesta primeira fase, os dirigentes da URSS decidiram afastar-se dos princípios e normas definidos pela coligação dominante, o que originou a Guerra Fria e o domínio hegemónico da ordem internacional pelos EUA. A fase da deslegitimação aconteceu após o colapso do Sistema de Bretton Woods e subsequentes problemas económicos, que resultaram em mais coligações de Estados diferentes da dominante (pp. 24-25). Na fase da reconfiguração da coligação – um processo lento e ambíguo –, a capacidade da China para deslegitimar os EUA aumentou exponencialmente com a Nova Rota da Seda (em inglês, *Belt and Road Initiative* – BRI). Todavia, a China demonstra alguma incerteza quanto à decisão de criar uma coligação que desafie a ordem internacional existente (pp. 26-29). Por último, a fase da macro-decisão representa o conflito entre a coligação em declínio e a coligação em ascensão, que resulta de ações hostis (p. 19).

Anittà (2020) refere ainda que o conflito armado entre os EUA e a China é obsoleto devido aos métodos e procedimentos diplomáticos que reduzem o recurso à violência (p. 30).

5. Conceitos operacionais

Este trabalho recorreu a vários conceitos que enquadram e validam o respetivo objeto de estudo, nomeadamente os conceitos de Política Externa, Instrumentos de Política Externa, Estratégia, Diplomacia e Soft Power (Poder Suave).

5.1. Definição de Política Externa

A política externa, segundo Gomes (1990), “é a actividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades com relevância internacional, com vista a realizar objectivos que lhe são próprios” (p. 55).

A elaboração da política externa é influenciada por fatores internos, políticas e comportamento dos outros Estados, e pelo desenvolvimento de objetivos geopolíticos específicos (Britannica, 2020).

Em sentido próximo, Patrício (2014) afirma que a “Política Externa é o esforço estratégico do Estado para ordenar os fatores de poder que o caracterizam, por forma a agregar os seus interesses, objetivos, valores, decisões e ações tomadas e as regras do ordenamento internacional que deseja ver implementadas, compondo as linhas de orientação e ação estratégicas desenvolvidas fora da suas fronteiras territoriais, tanto a nível bilateral quanto multilateral, tanto em situações de cooperação quanto de conflito” (p. 407).

Por sua vez, Lara (2009) complementando as anteriores definições, afirma que a Política Externa “decorre de legados históricos, de circunstâncias geográficas, de poderes e fraquezas, tanto próprios como alheios” (p. 39).

Em suma, a “Política Externa é orientada para o estabelecimento de metas, ocasionalmente com menção às estratégias e táticas a serem utilizadas” (Peace Palace Library, 2021).

5.2. Definição de Instrumentos de Política Externa

Segundo Lara (2009), os instrumentos de Política Externa podem ser divididos em instrumentos de índole pacífica e índole violenta.

Dentro dos instrumentos de Política Externa de índole pacífica, Lara salienta a Diplomacia, “por ser o mais clássico dos instrumentos pacíficos ou associativos” (p. 52).

A Diplomacia é entendida como “a aplicação da inteligência e tato à condução de relações oficiais entre os Estados independentes (...) Uma das funções da diplomacia é a minimização de atritos e de conflitos com outros Estados através de negociações” (Peace Palace Library, 2021).

Em sentido próximo, Mongiardim (2007) descreve a Diplomacia como “um processo de intercomunicação entre as partes e de aproximação entre posições estaduais divergentes ou antagónicas (interesses conflitantes), feito com base em negociações, que culmina num acordo, na dupla acepção substantiva e formal do termo” (p. 26).

Os outros instrumentos de índole pacífica são ação privada classificada como a intervenção de grupos de interesse, a propaganda, que condiciona a opinião pública nacional, ou internacional, de forma favorável e a ação direta do Estado, ação económica e política, que é encarada como positiva nos casos de ajuda ou de cooperação especializada, assim como, através da utilização do Direito Internacional Público, das Organizações Internacionais e dos pactos regionais onde o Estado se insira (Lara, 2009, pp. 52-53).

Quanto aos instrumentos de índole violenta, Lara refere a guerra, a guerra económica e a obtenção de informação secreta. Segundo Lara, a guerra é “o ataque de forças militares de um Estado contra o território, instalações ou população de outro Estado (...)” (p. 53). A guerra económica é definida como “(...) sanções económicas movidas por um ou mais Estados contra outro ou outros, designadamente as medidas de desinvestimento, o bloqueio e os agravamentos fiscais” (p. 53) e, por último, a obtenção de informação secreta é aquela que é classificada pelos serviços secretos e outros métodos clandestinos, ou ocultos (p. 53).

Lara (2009) enfatiza que a utilização dos diversos instrumentos de Política Externa varia consoante as características políticas e económicas do Estado. Isto é, não existe exclusividade determinante no uso destes mecanismos por nenhum regime político específico (p. 54). Contudo, o autor afirma que os países desenvolvidos dão ênfase à diplomacia, à ação económica e política, à espionagem e à guerra económica. Já, os países em desenvolvimento, demonstram clara preferência pelas ações de espionagem, subversão, propaganda e utilização das organizações internacionais (p. 54).

5.3. Definição de Estratégia

Ribeiro (2010) define “estratégia como a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambientes de desacordo” (p. 22).

Nesta pesquisa entende-se por estratégia “a ciência e a arte de empregar as forças políticas, económicas, psicológicas e militares de um Estado ou grupo de Estados de modo a providenciar o máximo apoio às políticas adotadas em paz ou guerra” (cit. Cheng & Zhang, 1999, p. 93).

Em relação ao conceito de estratégia das relações internacionais é “o plano ou orientação que o Estado usa para perseguir seus interesses nacionais”, através das suas próprias perceções do ambiente interno e externo, a fim de orientar as suas relações externas e concretizar os objetivos nacionais (Cheng & Zhang, 1999, p. 94).

O conceito de estratégia chinesa ao nível internacional, pode ser definida como “plano de ação para promover os interesses e ideias da China na persecução dos seus propósitos, metas básicas e os objetivos políticos concretos, por meio de uma política externa substantiva e processual para a implementação da qual a nação compromete seus recursos políticos, económicos, diplomáticos, militares, psicológicos e morais” (Cheng & Zhang, 1999, p. 93).

5.4. Definição de Poder Suave (*Soft Power*)

Segundo Nye (1990), estamos perante o Poder Suave quando “um país faz com que outros países queiram o que ele quer (...), em contraste com o poder duro, que é ordenar que outros façam o que ele quer” (p. 166). Ou seja, Poder Suave é a capacidade de um Estado para convencer os outros sem utilizar força ou coerção. O que significa que o poder suave “não reside nos recursos, mas na capacidade de mudar o comportamento dos Estados” (p. 155).

6. Estado da Arte (ou Revisão da Literatura)

Nos últimos dez anos, a política externa da RPC foi estudada sob diversas perspetivas, nomeadamente da História, da Ciência Política e das Relações Internacionais.

Cunha (2013), em *18.º Congresso do PCC: o fim de uma era*, analisa a transição do Partido Comunista Chinês para a quinta geração⁴. Cunha afirma que a estratégia «*keep a low profile*», introduzida por Deng Xiaoping, correspondia a um ciclo esgotado e avizinhava-se um possível período de tensão social –, com o aumento dos elementos de poder duro (*hard power*) e as ambições internas. O autor afirma que estamos perante um cenário de *China 3.0*⁵ (p. 13). Ou seja, de uma política progressivamente assertiva e na projeção do poder da RPC ao nível mundial, distanciando-se da estratégia introduzida por Deng Xiaoping.

O 18º Congresso do PCC (8 de novembro de 2012) deu origem à quinta geração de dirigentes com a eleição de Xi Jinping, enquanto Secretário-geral do PCC, que promove o conceito de Sonho Chinês. Até então, a linha orientadora da política externa da RPC era a estratégia de *keep a low profile*, instituída por Deng Xiaoping na década de 90. Esta estratégia pressupunha a criação dum ambiente externo favorável ao desenvolvimento do país, numa lógica de ascensão pacífica. Com a eleição de Xi Jinping, a política externa da RPC mudou, tornando-se mais ativa.

Weissmann (2015), em *Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer “Striving for Achievement”*, afirma que a política externa da China assenta no domínio interno e tem como principal objetivo assegurar a estabilidade interna, a qual, é uma necessidade para a sobrevivência do PCC. O autor realça que a política externa de Xi Jinping se baseia na realização dos ideais nacionalistas conjugados com os cinco princípios de coexistência pacífica⁶. Neste contexto, Weissmann conclui que o principal objetivo da política externa de Xi Jinping: “para alcançar a modernização, criar um ambiente externo benevolente e pacífico e tomar medidas que lhe permitam desenvolver sua economia interna. Para alcançar

⁴ Entende-se por “geração” um novo ciclo de dirigentes chineses.

⁵ Segundo o autor Luís Cunha, de acordo com o *European Council on Foreign Relations*, a China 3.0 corresponde ao início de um novo ciclo de 30 anos que assentará num modelo de afirmação com características chinesas, distinto dos modelos ocidentais.

⁶ Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica são os seguintes: 1) o respeito à soberania e à integridade territorial de cada país; 2) não agressão; 3) não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados; 4) igualdade nas relações entre os Estados; 5) o benefício mútuo nas relações entre Estados (Pires & Mattos, 2014, p. 208). Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.) foi um pensador e filósofo chinês. A essência do seu pensamento tornar-se-ia a base da conduta ética do povo chinês e de outros povos na Ásia. Após a unificação territorial do Império durante a dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.), o confucionismo tornou-se a base moral e ideológica do Estado Chinês (Mendes, *China Contemporânea*, 2020, pp. 17-18). Durante a década de 1950, perante o rápido prestígio da China, Zhou Enlai (então Primeiro-Ministro e Ministro do exterior) promoveu os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica na interação diplomática da RPC com os Estados vizinhos (Pires & Mattos, 2014, p. 207).

esses objetivos, a China procura manter suas relações pacíficas com outros Estados, tanto próximos como globais” (p. 162).

Wu (2018), na dissertação de mestrado, intitulada *China and Global Governance under Xi Jinping*, no capítulo 2.1.1. *Ideological Transformation - From Low Profile to the China Dream*, aborda a alteração político-ideológica face à transição da estratégia “*Low Profile*” para o Sonho Chinês. Transição que pressupunha a alteração da narrativa de vitimização para a narrativa de revigorar a China, com a finalidade de realizar os dois objetivos centenários do PCC⁷ (p. 21). Wu enfatiza o destaque que Xi Jinping dá à governança global, associando ao conceito de Sonho Chinês como um modelo alternativo ao do Ocidente, enfatizando o desenvolvimento numa «comunidade de destino comum para a humanidade» (p. 22).

Mathias (2019), na dissertação de mestrado, intitulada *The Belt and Road Initiative: The People’s Republic China’s New Assertive Foreign Policy*, no capítulo 2.7 *China’s New Assertive Foreign Policy*, aborda a alteração político-ideológica pós-crise financeira de 2008, através da qual a RPC se afirma como potência internacional em vez de regional, através do aumento da participação em missões de manutenção da paz e presença em organizações internacionais. Com a eleição do Presidente Xi Jinping, em 2012, Mathias salienta a transição da estratégia “*esconde a tua força e aguarda o teu momento*” (*hide your strength and bide your time*), adotada por Deng Xiaoping, para uma política externa mais assertiva e proativa (p. 66).

Cheng e Zhang (1999), em “*Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis*”, analisam a evolução da estratégia de Política Externa da RPC na era de Mao Zedong e na era de Deng Xiaoping. Perante o clima de Guerra Fria e de revolução, os objetivos estratégicos da política externa na era de Mao eram: 1) salvaguardar a segurança nacional; 2) garantir a sobrevivência e a integridade territorial da China; e 3) aumentar o status internacional da China (p. 104). Isto é, o objetivo cerne era a sobrevivência da RPC, o que levou Mao alinhar-se, inicialmente, à URSS (pp. 95-96). Todavia, o desejo de independência da RPC e o atrito na relação sino-soviética, fizeram com que, na década de 60, Mao adota-se uma estratégia de política externa independente, opondo-se aos EUA e à URSS (pp. 96-97). Consequentemente, a ameaça soviética à sobrevivência da China

⁷ Os dois objetivos centenários são: “concluir a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos até 2021, quando o PCC comemorar o seu centenário; e a construção de um país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049, quando a República Popular da China celebrar seu centenário em 2049” (Ministry of National Defense People’s Republic of China, 2015).

contribuiu para o início da normalização das relações sino-americanas, permitindo à China emergir do isolamento e juntar-se ao Sistema Internacional (pp. 98-99). Portanto, as prioridades na era de Deng Xiaoping eram: 1) manter de um ambiente internacional pacífico para a persecução das Quatro Modernizações; e 2) promover o estabelecimento de uma nova ordem política e económica internacional (p. 104). Isto é, a estratégia de Deng focava-se na promoção do desenvolvimento económico e modernização da China, o que contribuiu para que a China se comportasse como “(...) uma grande potência satisfeita e madura, aceitando a estrutura organizacional existente e as suas normas” (p. 107), afastando-se da estratégia radical e revolucionária adotada por Mao.

Mendes (2011) em “Política Externa: Relações Internacionais em Mudança”, no capítulo 14 intitulado, “República Popular da China”, analisa os fatores endógenos e exógenos que influenciam o processo de tomada de decisão na política externa chinesa. Nos fatores endógenos considera: 1) a cultura e a histórica da China, ou seja, os princípios confucianos e de vassalagem prestados ao Império do Meio pelos estrangeiros, traduziram-se na crença da superioridade civilizacional e na ausência de uma crença missionária; 2) o papel dos líderes; 3) o interesse nacional que se expressa através do desejo de salvaguardar a sobrevivência da nação; e 4) o momento, isto é, ter em conta o momento específico em que a política externa é formulada (pp. 439-449). Afirma que a estratégia de política externa chinesa introduzida por Deng Xiaoping para o desenvolvimento económico e a modernização da China foi seguida e intensificada pelos seus sucessores, Jiang Zemin (1992-2002) e Hu Jintao (2002-2012), respetivamente (p. 444). Por fatores exógenos, o autor considera a dinâmica de competição *versus* cooperação e as relações de reciprocidade (pp. 449-457). Afirma que a dinâmica de competição e cooperação observáveis nas relações internacionais explicam o porquê de a política externa chinesa ser “simultaneamente defensiva, pragmática e assertiva” (p. 449). Elucida que os atores no sistema internacional que ambicionam atingir ou manter o estatuto de grande potência procuraram seguir as normas vigentes, e que “no caso chinês, isto só se verifica quando as normas ocidentais servem os seus próprios interesses; quando isto não acontece, a China avança com normas «com características chinesas»” (p. 450) e fomentam o desenvolvimento de alternativas ao métodos ocidentais (o Consenso de Pequim), através do apelo às relações de reciprocidade (pp. 456-457). Conclui, afirmando que a “(...) reemergência chinesa, leva Pequim a questionar a hegemonia ocidental em ditar as regras de relacionamento internacional” e a preferir criar as suas próprias diretrizes internacionais (pp. 457-458).

Cabral (2020) em *Daxiyangguo* nº25, com o artigo intitulado, “*The Rise of China in Global Politics: Is a Peaceful Power Transition Possible?*”, analisa a dinâmica entre os EUA e a China com o auxílio da teoria de Transição de Poder. Afirma que na teoria de transição de poder, “(...) a ordem internacional dentro de um sistema é mantida por uma coligação de poderes satisfeitos agindo sob um único estado dominante” (p. 30). Portanto, a ascensão de um poder emergente ameaça o *status quo* do Estado dominante e da ordem estabelecida por ele. Perante esta situação, o autor alude que apenas duas coisas podem acontecer: 1) o poder ascendente está satisfeito com o *status quo* atual e a transição entre a antiga e nova liderança é pacífica; ou 2) a potência em ascensão está profundamente insatisfeita com o *status quo* atual e tenta derrubá-lo por meio da guerra (p. 31). Segundo Cabral, a China não pretende derrubar a ordem atual, porque beneficia da mesma e o desenvolvimento requer paz (pp. 32-34). Refere ainda que as “instituições criadas pelos Poderes em ascensão não são uma afronta ao sistema, mas uma demonstração da eficácia do sistema” (p. 32), e que os EUA e a China partilham interesses comuns. Além disso, afirma ser “(...) difícil compreender até que ponto a reação dos EUA ao crescimento da China é uma rivalidade genuína ou um sintoma de doutrinas de contenção comunista vestigiais” (p. 34). Finalmente, conclui que, de acordo com as ferramentas analíticas utilizadas, o cenário mais provável é o da transição pacífica (p. 36).

7. Opções metodológicas

7.1. Tipo de Abordagem

O estudo realizado adotou uma abordagem qualitativa na medida em que analisou as diferenças entre a política externa da RPC na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping em relação aos EUA, enquadradas no respetivo contexto internacional. Como afirma Bhattacharjee (2012), a investigação qualitativa assenta na interpretação dos factos, que é no fundo o que se pretendeu fazer (p. 113). Esta abordagem depende das habilidades analíticas e integrativas do investigador e do conhecimento pessoal do contexto social onde a informação é coletada com o fim de compreender um fenómeno (p. 113).

7.2. Estratégia de recolha e análise dos dados

7.2.1. Recolha de dados

A investigação assentou na recolha de dados respeitante às decisões da RPC em matéria de política externa em relação aos EUA e à ordem internacional, adotadas na era de Deng Xiaoping (1979-1992) e na era de Xi Jinping (2013-2020) e à respetiva implementação.

A investigação foi levada a cabo através da observação documental. Por sua vez, os dados foram recolhidos tanto em fontes documentais de cariz direto como indireto.

Segundo Moreira (2009), a distinção entre estes dois tipos de documentos assenta na diferente origem dos documentos. Os documentos são diretos quando “(...) emitidos por intervenientes no processo de decisão do poder político, abrangendo portanto os atos de inteligência e os atos de vontade” (p. 126); e são documentos indiretos “(...) todos os que não sendo emitidos por intervenientes no processo de decisão, testemunham a atividade do poder político de forma intencional ou acidental” (p. 125).

Recolheram-se dados dos seguintes documentos diretos:

República Popular da China

- Documentos do PCC e do Governo Chinês (Estatutos do PCC, monografias de governantes chineses, relatórios do Comité Central do PCC, Planos quinquenais⁸, Livros Brancos sobre Defesa Nacional do Governo da RPC⁹, entre outros.)¹⁰

⁸ Desde o estabelecimento da República Popular da China em 1949, que o Governo chinês adotou planos económicos quinquenais. Atualmente, está em vigor o 14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social (2021-2025), adotado pela Assembleia Popular Nacional, em março de 2021. Pode ser consultado em *The 14th five-year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China 2021–2025*, http://www.gov.cn/xinwen/2021-03/13/content_5592681.htm

⁹ Os Livros Brancos podem ser consultados em: *Ministry of National Defense the People's Republic of China*, http://eng.mod.gov.cn/publications/node_48467.htm

¹⁰ Estes documentos podem ser consultados em *State Council of the People's Republic of China (2021)*, <http://english.www.gov.cn/>

- Artigos da imprensa oficial chinesa (China Daily¹¹, Global Times¹², Xinhua¹³ e People's Daily¹⁴)
- Agenda Diplomática sobre a Política Externa da RPC (Conferências, Encontros bilaterais e multilaterais, etc.)¹⁵
- Discursos dos dirigentes chineses¹⁶
- História da Diplomacia sino-americana nos últimos 30 anos¹⁷

Estados Unidos da América (EUA)

- Documentos do Departamento de Estado dos EUA¹⁸
- Relatórios anuais da *U.S. – China Economic and Security Review Commission*¹⁹
- Relatórios da Comissão Executiva do Congresso dos EUA sobre a China
- Estratégia de Segurança Nacional dos EUA²⁰

Quanto aos documentos indiretos:

- Bibliografia sobre o tema (monografias, capítulos de livros e artigos de revistas científicas)
- Artigos da imprensa ocidental

¹¹ China Daily é um jornal diário editado em inglês, em francês e em chinês. Foi criado em 1981. O website do jornal foi criado em 1995. A versão em inglês está disponível em CHINA Daily: <http://global.chinadaily.com.cn/>

¹² Global Times é um jornal em língua inglesa criado em 2009, podendo ser consultado no website Global Times: <https://www.globaltimes.cn/>

¹³ Xinhua ou Nova China é uma agência de notícias oficial do governo da RPC. É um órgão do Conselho de Estado da RPC. O seu website foi criado no dia 7 de novembro de 1997 pelo PCC. A versão inglesa pode ser consultada em XINHUA, <http://www.xinhuanet.com/english/>

¹⁴ People's Daily ou Diário do Povo é um jornal diário, porta-voz do Comité Central do Partido Comunista Chinês. Foi criado em 15 de junho de 1946 e a sua versão *online* em 1997. A versão inglesa pode ser consultada em People's Daily, <http://english.peopledaily.com.cn/>

¹⁵ Estes documentos podem ser consultados em *Diplomatic Agenda - Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wsrc_665395/

¹⁶ Estes documentos podem ser consultados em *Speeches - Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/

¹⁷ Estes documentos podem ser consultados em *30 Years of Sino-US Relations - Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3603_665545/

¹⁸ Essa informação pode ser consultada em *U.S. relations with China*, May 12, 2021, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-china/>

¹⁹ A *U.S. – China Economic and Security Review Commission* foi criada pelo Congresso dos EUA em 2000, com o fim de monitorizar, investigar e submeter ao Congresso um relatório anual sobre as implicações na segurança nacional das relações económicas e comerciais entre os EUA e a China e fazer recomendações legislativas e administrativas ao Congresso, <https://www.uscc.gov/annual-reports>

²⁰ A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América em vigor é a *Interim National Security Strategy Guidance 2021*, <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>

7.2.2. Análise dos dados

Os dados recolhidos foram objeto de uma Análise Temática, método interpretativo de análise de dados, que recorre à identificação, análise e descrição de padrões ou temas a respeito de um fenómeno social (Clarke & Braun, 2006, p. 79).

Neste trabalho descrevemos e analisámos as principais decisões e a respetiva implementação respeitantes à política externa da RPC referentes à relação com aos EUA na era de Deng Xiaoping e na era de Xi Jinping a fim de identificar e compreender os seus grandes temas e padrões e as diferenças existentes ao nível dos valores, interesses e expetativas.

8. Limitações à investigação

Os limites impostos à investigação devem-se, fundamentalmente, ao facto de os temas serem recentes, o que dificulta uma análise mais profunda, à opacidade do sistema político chinês, que dificulta o acesso à informação e a recolha de dados, e ao facto de existirem diferenças linguísticas, o que faz com que seja, necessário aguardar a tradução de fontes documentais e correr o risco de o texto traduzido ser diferente do original.

Capítulo I – Política Externa Chinesa

1. Contexto histórico-político precedente à era de Mao Zedong

No início do século XVIII, o atraso tecnológico e científico do Império do Meio comparativamente às potências ocidentais contribuiu, em parte, para o fracasso chinês nas Guerras do Ópio (Rato, 2020, pp. 30-31). Até 1949, a política externa da China, em termos de relações económicas com outros Estados, refletiu a sua fraqueza e subordinação internacional (Howell, 1993, p. 46).

Em 1757, o Imperador Qianlong decretou que Cantão seria o único porto aberto à comercialização com as potências ocidentais, impondo limites de utilização e ao que era permitido no interior da cidade (Rato, 2020, p. 31). O Imperador Yongzheng, em 1729, tinha declarado a proibição da venda e o consumo do ópio. E em 1799, o Imperador Jiaqing reforçou a proibição e ilegalização da venda e do cultivo de ópio. Contudo, a Companhia das Índias

Orientais desafiou expressamente a lei chinesa ao introduzir no país o ópio oriundo da Índia, o que incentivou o contrabando e consumo no território chinês (Rato, 2020, p. 33).

Os ingleses, George Macartney em 1793 e William Pitt em 1816, tentaram incrementar as relações diplomáticas e comerciais entre a Inglaterra e a China, mas não obtiveram sucesso devido ao “abismo intransponível entre dois poderes convencidos da sua centralidade na política mundial” (Rato, 2020, p. 33).

Em 1833, com o crescente interesse da Inglaterra em comercializar no território chinês, os seus comerciantes apelaram ao alívio das restrições impostas pelo «Sistema de Cantão». Em 1838, após os apelos assertivos dos comerciantes britânicos, o Imperador Daoguang recusou suspender a proibição e exigiu a cessação das atividades contrabandistas no porto de Cantão, o que gerou a primeira Guerra do Ópio (1839-1842) (Rato, 2020, p. 34). Após a derrota na primeira Guerra do Ópio (1839-1842), com a investida naval britânica, a China imperial foi obrigada a ceder importantes vantagens comerciais à Inglaterra, celebradas no Tratado de Nanquim²¹, como a abertura de mais portos comerciais e a cedência de Hong Kong e de várias pequenas ilhas (Cunha, 2012, p. 24). Após o sucesso britânico, os franceses também impuseram tratados semelhantes à China, que lhe garantiram concessões comerciais vantajosas, em 1843 e 1844 (Rato, 2020, p. 35). Porém, as concessões comerciais não ficaram apenas limitadas às potências europeias, em 1844, o Tratado de Wanghsia, contemplava concessões e privilégios idênticos para os Estados Unidos da América (Rato, 2020, p. 35). Seguir-se-ia uma sequência de acontecimentos que desencadearam a segunda Guerra do Ópio (1856-1860), o que implicou mais concessões desastrosas para a China, celebradas no Tratado de Tientsin (Cunha, 2012, p. 24).

A primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), finalizada através do Tratado de Shimonoseki, obrigou a China a pagar indemnizações, a abrir portos comerciais adicionais e a ceder o controlo sobre a Coreia, parte da Manchúria e Taiwan ao Japão²² (Cunha, 2012, p. 24). Segundo Rato (2020), a derrota sofrida na primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) teve duas consequências para a China imperial: em primeiro lugar, inviabilizava que esta

²¹ O Tratado de Nanquim foi o primeiro tratado de vários, considerados “desiguais”, que as potências estrangeiras impuseram à dinastia Qing.

²² A China imperial reconheceu a completa “independência” da Coreia, tornando-se num protetorado do Japão, mas também a cedência de Taiwan e das ilhas Pescadores e a Península de Liaodong, no sul da Manchúria.

continuasse a definir-se como o centro do mundo; em segundo lugar, o sucesso japonês encorajou que os demais Estados imperialistas procurassem obter mais benefícios (p. 41).

No início do século XIX, a China era uma semicolónia dividida em esferas de influência, com fortes atrasos tecnológicos e científicos comparativamente aos Estados imperialistas (Cunha, 2012, p. 24). Face ao descontentamento social para com a dinastia Qing, em 1911, os militares revoltados desencadeiam a Revolução Xinhai, liderada pelo novo exército de Wu Zhaolin. Em 1912, Sun Yat-sen regressa à China e proclama o estabelecimento da República da China (RC), com capital em Nanquim (Rato, 2020, p. 42).

Em 1919, surge o Movimento de 4 de Maio, impulsionado pela Conferência de Paz de Versalhes, que ignorando as pretensões chinesas de devolução das antigas concessões alemãs, transferiu-as para o Japão (Cunha, 2012, p. 25). Este Movimento de jovens foi influenciado pela Revolução Bolchevique de 1917. Os jovens manifestaram-se contra o futuro político do país, e incentivaram a criação do Partido Comunista Chinês (PCC), em 1921, o que posteriormente fomentaria uma Guerra Civil (Cunha, 2012, p. 25).

O referido sistema desigual de esferas de influência manter-se-ia na China até à segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando as potências imperialistas renunciaram aos seus privilégios e concessões no território chinês (Howell, 1993, p. 45). Em 1937, o «Incidente da Ponte de Marco Polo» após a invasão nipónica da Manchúria (1931), marcou o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). O sucesso militar chinês nesta Segunda Guerra Sino-Japonesa permitiu à República da China emergir da Segunda Guerra Mundial vitoriosa, integrando posteriormente o Conselho de Segurança das Nações Unidas²³, em 1945 (Rato, 2020, pp. 45-46).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota japonesa, em 1945, a guerra civil chinesa (1945-1949) entre nacionalistas e comunistas reacendeu-se após o colapso da Frente Unida. A Frente Unida foi uma estratégia de cooperação adotada pelos nacionalistas e comunistas contra a presença japonesa no território chinês durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). O lado nacionalista era liderado pelo General Chiang Kai-shek e apoiado pelos EUA. O lado comunista era liderado por Mao Zedong e apoiado pela URSS.

²³ A República da China (em Taiwan) manteve o assento no Conselho de Segurança da ONU até 1971, quando a República Popular da China assumiu o lugar.

Em relação ao futuro da China, o Partido Popular Nacional (*Guomindang*) de Sun Yat-sen pressupunha a inserção do país no sistema mundial capitalista, e o desenvolvimento de um poder estatal autoritário com ênfase desenvolvimentista capaz de unificar o país e assegurar a modernização nacional. Enquanto, o PCC de Mao Zedong referia que a proposta do *Guomindang* colocaria o país novamente à mercê das potências imperialistas, e que o caminho para a modernização da China assentaria na “autossuficiência” produzida pela industrialização e pela coletivização da agricultura (Rato, 2020, p. 48).

Em 1949, o Secretário de Estado norte-americano Dean Acheson propõe ao Presidente Truman a divulgação de um Livro Branco, intitulado “*United Relations with China*”, que propunha terminar com o envolvimento americano no conflito civil chinês, ao mesmo tempo que admitia a iminente vitória dos comunistas de Mao e a perda da China (leia-se para os interesses estratégicos dos EUA) (Cunha, 2012, pp. 25-26). A Guerra Civil Chinesa terminou em 1949, com o sucesso do PCC de Mao Zedong sobre o projeto republicano. Todavia, a fuga de Chiang Kai-Shek para a ilha de Taiwan e o estabelecimento de um governo de índole democrático viria a manter viva a guerra civil chinesa junto do público e políticos norte-americanos (Cunha, 2012, p. 26).

2. Política Externa Chinesa na era de Mao Zedong

Em 1949, a ascensão de Mao Zedong ao poder significou a materialização de uma nova era na China, a “libertação” do século da humilhação (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 13). Uma era fortemente marcada pela ideologia Marxista-Leninista e pela aproximação à União Soviética (URSS) e aos seus aliados, contra os inimigos estrangeiros (Garver, 1993, pp. 39-40). Essa aproximação à URSS funde-se com a necessidade de obter assistência externa para colmatar as necessidades provocadas pelas guerras que devastaram o território e ao atraso estrutural do país, fulcral à reconstrução nacional (Rato, 2020, p. 50). Estaline receava um cerco capitalista à URSS, o que impulsionou o estabelecimento de relações preferenciais com Mao, opondo-se ao governo de *Guomindang* (Rato, 2020, pp. 61-62). O anterior reconhecimento do governo de *Guomindang* pela URSS derivou do desejo de querer evitar a ira dos EUA e da incerteza nas capacidades militares de Mao necessárias para a derrota (Rato, 2020, pp. 61-62).

O novo modelo político instituído após a ascensão de Mao ao Poder estipulava a recuperação do orgulho nacional chinês perdido durante o século da humilhação, quando a China foi pressionada pelas potências estrangeiras a negociar e a fazer cedências territoriais. O novo governo chinês manifestava o desejo de limitar a interação estrangeira no território chinês e de negociar com as potências estrangeiras individualmente, e não em conjunto (Shambaugh & Robinson, 1994, pp. 14-20).

Segundo Cunha (2012), Mao traçou as linhas gerais da política externa chinesa através de três importantes decisões estratégicas: em primeiro lugar, recusava-se a herdar as relações diplomáticas desenvolvidas pelo projeto republicano, optando antes por estabelecer relações diplomáticas com os Estados que reconhecessem a República Popular da China (RPC); em segundo lugar, referiu que a RPC não deveria ter pressa em estabelecer relações com as potências imperialistas, como por exemplo, os EUA; e, em terceiro lugar, decidiu inclinar-se para o campo socialista, liderado pela URSS (p. 27). Em suma, Mao pretendia estabelecer relações diplomáticas com os Estados que reconhecessem o PCC ou que apoiassem a sua causa, mantendo a desconfiança para com as potências imperialistas face ao século da humilhação nacional.

Neste contexto, Robinson (1994) refere que a Política Externa na era de Mao se determinava por três fatores internos (a primazia da política interna sobre a política externa, a importância do passado e a ideologia) e por três fatores externos (a política externa das superpotências, a estrutura do Sistema Internacional e o poder relativo e interesses da China) (p. 555). Porém, os fatores internos dominavam a cena política, dado que, após a tomada do poder pelo PCC, os objetivos primordiais passaram a ser a recuperação económica e a eliminação dos focos de tensão e oposição internos (Saich, 2004, p. 30).

Perante os acontecimentos internacionais, num “mundo dividido entre duas potências de vocação universalista que comandam campos mutuamente antagónicos” (Rato, 2020, p. 66), a RPC procurou aliar-se à URSS. Mao procurava obter o apoio da URSS, a fim de se defender das estratégias dos EUA, que tencionavam isolar politicamente e economicamente a RPC (Rato, 2020, p. 66). Era evidente o facto de Mao considerar a aliança Sino-Soviética como um instrumento para retirar a RPC do sistema capitalista mundial e inseri-la no campo socialista, sob a orientação da URSS contra os EUA (Rato, 2020, p. 64). Mas esta aliança também legitimava a liderança e o movimento revolucionário de Mao (Rato, 2020, p. 65).

A aproximação da RPC à União Soviética levou Mao a adotar o modelo soviético de desenvolvimento, em 1952, com ênfase na transformação da indústria pesada (Saich, 2004, p. 33). Este modelo fundava-se na ideia de que “maior era melhor”, ou seja, “rápido crescimento independentemente da qualidade”. Saich (2004) realça que neste modelo a modernização significava ser urbano e industrializado, o que despoletou o descontentamento da sociedade chinesa (pp. 33-34). Apesar do forte capital humano existente na RPC, o país precisava de tecnologia e de investimento estrangeiro, os quais foram facultados pela União Soviética (Saich, 2004, p. 35).

Perante o clima internacional e a política externa adotada por Mao de alinhamento ao bloco soviético e de desconfiança para com as potências imperialistas, a RPC encontrava-se relativamente “isolada” no sistema internacional (Cunha, 2012, p. 27).

Segundo Saich (2004), o 1º Plano Quinquenal (1953-58) da era de Mao propôs uma melhoria inicial na economia, que levou ao rápido desenvolvimento da rede de infraestruturas de indústria pesada. Mas, como já se disse, este modelo de desenvolvimento assente na indústria pesada negligenciava a qualidade da produção, e além disso, à produção de bens que não seriam consumidos (p. 36).

Em 1956, de modo, a garantir que não existisse um “Khrushchev chinês”²⁴ no PCC, Mao ordenou o início da Campanha das Cem Flores. Esta Campanha incentivava os intelectuais a debaterem a cultura socialista, com o objetivo de demonstrar a superioridade do socialismo em relação ao capitalismo (Rato, 2020, p. 68). Contudo, em 1957, a Campanha cessou abruptamente após a crescente contestação dos pilares ideológicos fundamentais do PCC. Sendo um dos pilares o próprio Mao, enquanto “libertador” e fundador do PCC e da RPC (Rato, 2020, p. 69). Seguiu-se a tentativa de Mao de afastar os inimigos acelerando o movimento socialista através do «Grande Salto em Frente», designação que viria a ser atribuída, ao 2º Plano Quinquenal (1958-62). Com este segundo 2º Plano, Mao pretendia acelerar o processo de coletivização dos meios de produção agrícolas e afastar-se do modelo de desenvolvimento soviético devido ao Dilema da Cooperação *versus* Competição²⁵ (Shambaugh & Robinson,

²⁴ Khrushchev defendeu no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, a condenação do culto da personalidade e de outros pilares estruturantes do estalinismo, denotando os erros, os desvios e os abusos de poder (Rato, 2020, p. 67).

²⁵ Este Dilema remete-nos para a noção de dualidade entre a cooperação e a competição presente no relacionamento da RPC com outros Estados. Os dirigentes chineses debatiam as vantagens e desvantagens obtidas num relacionamento, como oportunidades estratégicas ou dependência e exploração económica (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 376). Explicando melhor, os dirigentes debatiam a “(...) relação custo-benefício entre a

1994, p. 376) e pela percepção de que “Moscou não apoiava genuinamente a emergência da China enquanto uma grande potência” (Garver, 1993, p. 63).

Através do Grande Salto em Frente, inspirado na coletivização estalinista da década de 30, Mao pretendia recuperar o modelo de desenvolvimento usado durante o período de Yan’an (1935-47)²⁶ e desenvolver uma política externa independente (Saich, 2004, p. 39). Este modelo de desenvolvimento concentrava-se na construção de comunas populares que iriam produzir apenas dois bens, cereais e ferro, e o excedente do sector agrícola iria financiar a industrialização (Rato, 2020, p. 70).

O “Grande Salto em Frente” falhou tanto por fatores internos como externos, nomeadamente as condições climáticas de secas e inundações e a cisão da aliança sino-soviética, em 1960, resultando da deterioração da relação após a morte de Estaline, em 1954 (Saich, 2004, p. 40). Por sua vez, a cisão desta aliança implicou a retirada de toda a assistência técnica soviética do território chinês (Saich, 2004, pp. 40-41), o que favoreceu a aproximação da RPC aos EUA.

O insucesso do “Grande Salto em Frente” provocou a morte a milhões de indivíduos nas zonas rurais da China, pela escassez de alimentos e más condições de vida. Perante a intensa pressão política, Mao assumiu parcialmente a culpa pelo insucesso do Plano e cedeu o cargo de Presidente da RPC, a Liu Shaoqi, em 1960 (Saich, 2004, p. 41). Ao assumir o cargo de Presidente da RPC, Liu Shaoqi, focou-se na liberdade individual dos agricultores e das empresas privadas, colocando a tónica no pragmatismo económico (Saich, 2004, p. 42).

Em 1966, Mao introduziu a Revolução Cultural (1966-1976) com o objetivo de eliminar a oposição do PCC ao seu poder. A Revolução Cultural apoiou-se na mobilização da juventude chinesa através da introdução do culto do líder e do sentimento de revolta face às “quatro velharias”, isto é, os velhos costumes, as velhas ideias, a velha cultura e os velhos hábitos (Saich, 2004, p. 45). Em 1969, Mao foi reeleito líder do PCC (Saich, 2004, p. 41), mas, surgiu

necessidade de se abrir ao exterior e a preocupação em impedir a interferência de Estados nos seus interesses estratégicos e nas questões internas” (Romana, 2005, p. 307). Ou seja, os dirigentes chineses receavam que um relacionamento desigual com a URSS resultasse novamente num paradigma de dependência e de exploração económica semelhante ao imposto à China pelas potências ocidentais durante o século de humilhação.

²⁶ Após a chegada dos militares da Longa Marcha à região de Yan’an, estabeleceu-se um modelo de desenvolvimento para combater a fome que assolava a China, através da produção dos seus próprios alimentos e da venda do excedente.

o receio de um confronto com a URSS devido à invasão da Checoslováquia e à Doutrina de Brejnev²⁷ (Saich, 2004, p. 49).

Perante a crescente hostilidade soviética, Mao Zedong e Zhou Enlai (Primeiro-Ministro da RPC entre Out. 1949 - Jan. 1976) reconheceram a necessidade de iniciar o processo de normalização da relação da RPC com os EUA. Do lado norte-americano, o Presidente Richard Nixon (1968-1973) e o seu conselheiro Henry Kissinger, também reconheceram essa necessidade. O processo de reaproximação da RPC aos EUA iniciou-se, em 1968, culminando com a visita do Presidente Nixon à China, em 22 de fevereiro de 1972. O restabelecimento das relações diplomáticas entre a RPC e os EUA surgiu, portanto, por necessidade face ao reconhecimento de uma ameaça comum, a URSS (Cunha, 2012, p. 34). A reaproximação entre os dois países foi fomentada pela Doutrina de Nixon²⁸ e pela mudança no ambiente internacional (cisão da relação sino-soviética e o conflito fronteiriço com a URSS) (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 560).

A aproximação sino-americana ficou marcada, inicialmente, pela estratégia “*wedge*”, que assentava na crença norte-americana de que a aliança sino-soviética não era natural, e cujo objetivo consistia em explorar as diferenças entre a RPC e a URSS (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 200). Neste período, a relação sino-americana caracterizou-se simultaneamente pelo reforço da polaridade (“*tightening polarity*”), e pelo abrandamento da polaridade (“*loosening polarity*”), dependendo da situação vivida em cada momento (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 200). Neste contexto, entende-se por “reforço da polaridade” a possibilidade de existência de conflito ou guerra no Sistema Internacional, e por “abrandamento da polaridade” uma tendência convergente para o diálogo ao nível internacional (Shambaugh & Robinson, 1994, pp. 200-201).

Zhou Enlai ficou conhecido pela introdução do diálogo com os EUA, o que levou à substituição de Taiwan pela RPC na Organização das Nações Unidas, em 25 de outubro de 1971, e ao reconhecimento formal da RPC pela Administração Carter, em 1978. Zhou Enlai,

²⁷ A Doutrina Brejnev era uma política soviética que declarava que qualquer tipo de ameaça ao domínio socialista em qualquer Estado do bloco soviético era uma ameaça e, portanto, justificaria a sua intervenção por outros Estados socialistas (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 305).

²⁸ A Doutrina de Nixon é descrita através de três aspetos da política americana em relação à Ásia: a manutenção dos compromissos estabelecidos nos tratados; a garantia de defesa contra a ameaça de um poder nuclear e, por fim, em caso de outro tipo de agressão, fornecimento de assistência militar e económica quando solicitada (International Relations and Security Network, 1969, p. 6).

também, introduziu as “Quatro Modernizações” – agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Em 1973, Zhou abdicou do seu cargo em prol de Deng Xiaoping.

A morte de Mao Zedong, em 1976, favoreceu uma nova luta pelo poder nos dois anos seguintes (Cabrita, 2016, p. 172). De um lado, Hua Guofeng (1921-2008), forte apoiante do pensamento maoísta ortodoxo e vice-presidente do Comité Central do PCC e primeiro-ministro do Conselho de Estado. E, do outro lado, Jiang Qing, a viúva de Mao, que aspirava ao lugar de presidente do Comité Central, e os seus apoiantes Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao e Wang Hongwen, o designado “Bando dos Quatro” (Cabrita, 2016, p. 172). Em 1976, este “Bando” demitiram Deng Xiaoping dos cargos de membro do Comité Permanente do Gabinete Político, vice-presidente do Comité Central, vice-presidente da Comissão Militar Central, vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado e chefe de Estado-Maior do Exército Popular de Libertação, acusando-o de ser um “traidor e de transformar a China num apêndice do imperialismo” (Saich, 2004, p. 53). Todavia, Hua Guofeng conquistou o apoio do Exército de Libertação Popular (EPL) e de Wang Dongxing²⁹, e no dia 6 de outubro de 1976, todos os membros do “Bando dos Quatros” foram presos (Cabrita, 2016, p. 172). No dia seguinte, Hua Guofeng foi nomeado presidente do Comité Central e presidente da Comissão Militar pelo Gabinete Político do Comité Central do PCC. Deste modo, Hua passou a ser dirigente do PCC, do EPL e do Conselho de Estado (Cabrita, 2016, p. 172).

Hua Guofeng tentou reverter as mudanças introduzidas por Zhou Enlai e Deng Xiaoping, seguindo uma política “maoísta sem Mao” (Saich, 2004, p. 54). Contudo, Hua Guofeng enfrentava três problemas: 1) a sua legitimidade como sucessor de Mao Zedong; 2) a pressão dos militares e apoiantes para reabilitar Deng Xiaoping; e 3) a reorganização das prioridades económicas para promover o desenvolvimento e a modernização da RPC (Cabrita, 2016, p. 173).

A Terceira Sessão Plenária do X Comité Central do PCC (julho de 1977), reabilitou Deng Xiaoping, que recuperou todos os cargos dos quais tinha sido demitido em abril de 1976 (Cabrita, 2016, pp. 173-174). O regresso de Deng Xiaoping ao poder foi formalmente ratificado pelo XI Congresso do Partido, em agosto de 1977 (Cabrita, 2016, p. 174).

²⁹ Foi o comandante da Unidade 8341 composta por 20 000 homens, e responsável pela segurança pessoal de Mao Zedong e de outros dirigentes chineses (Cabrita, 2016, p. 172).

Em suma, os temas centrais da política externa na era de Mao consistiam na reunificação nacional, na revolução socialista, na exportação da ideologia comunista, no antiamericanismo e no pro-sovietismo e na restauração da primazia da China na Ásia (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 556).

Pode-se concluir que na era de Mao Zedong a RPC manifestou fundamentalmente três tipos de política externa em relação às duas superpotências então existentes, EUA e URSS (Garver, 1993, p. 32):

1. Alinhamento com a URSS contra os EUA (1949-1963)
2. Oposição aos EUA e à URSS (1945-1949 e 1963-1970)
3. Alinhamento com os EUA contra a URSS (1968³⁰-1982)

3. Política Externa Chinesa na era de Deng Xiaoping

A Terceira Sessão Plenária do XI Comité Central do PCC realizada em 1978, marcou o início da viragem histórica na política externa e interna da RPC: a estabilidade e a paz internacional transformaram-se em prioridades fulcrais, fundamentais ao desenvolvimento económico da China (Cunha, 2012, p. 35).

Em sentido próximo, Romana (2005) escreve que “a mudança mais significativa na dinâmica dos decisores da política externa consistiu na passagem do focus da liderança central, desde 1978, da segurança nacional para o desenvolvimento económico” (p. 94). Isto porque depois da Revolução Cultural, o crescimento económico passou a ser percecionado como um fator fulcral à sobrevivência do PCC e da RPC (p. 49). Sobre o fim último da política externa chinesa neste período Romana afirma ser “agora o da criação dum ambiente internacional favorável às reformas económicas em curso e a uma descompressão nas acusações ao regime, mormente no campo dos direitos humanos” (p. 298).

Realça-se que Deng assumiu a liderança de um “país miserável, uma classe política dividida, uma economia governada por *slogans* e à beira do colapso” (Pinto, 2021, p. 360). Em 1978, Deng, introduziu a Política de Abertura (“*Open Policy*”), perante a noção de que o isolamento da RPC a condenaria à pobreza e à fraqueza (Garver, 1993, pp. 193-194). A Política

³⁰ Salienta-se que Graver (1993) considera 1972 como data oficial do início do processo de alinhamento com os EUA contra a URSS (p. 32).

de Abertura é a designação dada ao conjunto de políticas adotadas com o objetivo de promover a expansão das relações económicas da RPC através da economia mundial capitalista, em especial, com o mercado americano. As principais características da Política de Abertura foram o aumento exponencial do investimento direto estrangeiro e do comércio internacional e a criação de Zonas Económicas Especiais (ZEEs) no litoral da China (Garver, 1993, pp. 3-4). As ZEEs pressupunham atrair o conhecimento e o investimento estrangeiro para o território chinês (Cabrita, 2016, p. 194), representando uma técnica experimental pretendiam criar uma espécie de «prosperidade na desigualdade» como orientação para a posterior «prosperidade na igualdade» (Pinto, 2021, p. 360).

Deng compreendeu que precisava de introduzir mudanças na economia chinesa, introduzir “um capitalismo de direção central, autoritariamente regulado, mas aberto ao mercado e explorando a diversidade e extensão do país” (Pinto, 2021, p. 360). Porém, Deng também percebeu que “a liberdade e a democracia não são realidades compatíveis com o tempo e o modo da China, que o Partido tem de continuar a comandar a ordem política, a ter o monopólio do poder do Estado” (Pinto, 2021, p. 360).

O desenvolvimento das Zonas Económicas Especiais (e num regime experimental) originou a criação de instituições locais dotadas de relativa autonomia que as geriam (Howell, 1993, pp. 181-182) e, em outubro de 1992, no 14º Congresso do PCC, foram alargadas as medidas de descentralização da Política de Abertura a quase todo o território chinês (Howell, 1993, p. 192).

Com a introdução da Política de Reforma e Abertura, Deng declarou o fim do radicalismo presente na era de Mao Zedong, com o propósito de focar o PCC na *modernização socialista* – “definida como a modernização da agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia até ao fim do século XX e a consolidação da ditadura do proletariado no país” (Cabrita, 2016, p. 182). Deng também anunciou que a ideologia e a luta de classes seriam subalternizadas perante a nova política pragmática sob o slogan “buscar a verdade através dos factos” (lançado em maio de 1978), que pressupunha “fazer tudo o que for necessário para aumentar a produção na terra e na indústria, o mais rapidamente possível, de modo a aumentar o nível de vida da população da RPC de um dos mais baixos do mundo até ao nível do Ocidente, sem renúncia aos ideais comunistas” (Cabrita, 2016, pp. 182-184).

A Política de Abertura gerou tanto conflito como cooperação na RPC, sendo possível observar as forças internas que apoiavam a reforma económica e políticas e as forças opostas à mesma (Howell, 1993, pp. 4-5). No dia 30 de março de 1979, numa reunião do Comité Central do PCC, Deng introduziu os “quatro princípios fundamentais”, limites que não poderiam ser ultrapassados sob pena de perseguição e prisão, nomeadamente a via socialista, a ditadura do proletariado, a direção do PCC e o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong (Cabrita, 2016, p. 190).

Entre 1985 e 1991 verificou-se um período de crise na RPC devido a problemas económicos e instabilidade política (Para um maior desenvolvimento sobre a crise da reforma, v. Cabrita, 2016, pp. 211-220).

O incidente de Tiananmen em 4 de junho de 1989 provocou alterações na RPC em dois aspetos. Ao nível interno, o incidente levou à suspensão do processo de reforma e conduziu ao regresso das ideologias conservadoras, o que significou a vitória da facção ortodoxa do PCC (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 587; Cabrita, 2016, p. 226). Ao nível externo, o incidente teve profundas repercussões, nomeadamente através da aplicação de diversas sanções por parte dos EUA, dos países europeus e, inicialmente, pelo Japão (Cabrita, 2016, p. 226), o que provocou a diminuição do investimento direto estrangeiro e das importações de produtos chineses.

A segunda metade de 1990 ficou marcada pela tentativa da RPC de quebrar o isolamento imposto pelos acontecimentos de Tiananmen, através da introdução de alterações internas na liderança, ideologia e renovação das reformas económicas (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 587).

Os acontecimentos de Tiananmen (1989) e o colapso da União Soviética em 1991 implicaram um momentâneo isolamento da RPC na arena internacional, mas após a guerra do Golfo em 1991, a RPC regressou ao palco dos grandes acontecimentos mundiais (Cunha, 2012, p. 36). Tendo sido neste contexto que Deng formulou o conceito estratégico de “mantém um perfil discreto e aguarda o teu momento” com o objetivo último de prosseguir com a reforma económica. Esta estratégia internacional de Deng assentava nas seguintes sete ideias:

- **Lengjǐng Guan Cha** – observar e analisar os desenvolvimentos com frieza;
- **Wen Zhu Zhenjiano** – garantir as nossas próprias posições;

- **Chen Zhe Ying Fu** – lidar com confiança as mudanças;
- **Tao Guang Yang Hul** – avaliar as nossas capacidades;
- **Shan Yú Shou Zhou** – apostar na manutenção de um “*low profile*”;
- **Jue Bu Dang Tou** – nunca assumir posições de liderança;
- **You Suo Zuo Wei** – fazer algumas concessões (Romana, 2005, p. 305).

Em janeiro de 1992, “sentindo a sua posição ameaçada pelos ortodoxos Deng Xiaoping com o apoio dos militares decidiu realizar a famosa Viagem pelo Sul (...) para reafirmar a importância do desenvolvimento económico e da reforma” (Cabrita, 2016, pp. 228-229). Esta Viagem de Deng contribuiu para a progressiva integração e participação da RPC nas organizações internacionais e regionais.

Relativamente à política externa da RPC nos anos 80, Deng definiu três prioridades: 1) oposição ao hegemonismo, apesar de ter restabelecido as relações diplomáticas com os EUA e de desempenhar um papel fundamental na contenção da URSS; 2) preservação da paz internacional; e 3) fortalecimento da união e da cooperação com os restantes países em desenvolvimento (Cunha, 2012, pp. 35-36). Salienta-se que perante a ambiciosa reforma económica de Deng, a retórica anti-hegemónica até então defendida pela RPC durante a era de Mao Zedong foi apaziguada, com o intuito de estabelecer relações diplomáticas com as grandes potências e de obter “acesso aos mercados e à expertise que apenas o Ocidente lhe podia oferecer”, assim como manter o *status quo* do Sistema Internacional (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 569).

Apesar da ênfase na manutenção de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento da China, a reunificação de Taiwan continuava a ser uma questão cerne na política chinesa (Medeiros, 2009, p. 14).

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que os objetivos fulcrais da política externa chinesa na era de Deng Xiaoping eram: a criação de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento e modernização da RPC e a preservação da respetiva soberania e integridade territorial.

4. Política Externa Chinesa na era de Xi Jinping

4.1. Principais características

No dia 15 de novembro de 2012, Xi Jinping assumiu o cargo de Secretário-Geral do PCC. No discurso de tomada de posse, Xi focou-se em três pontos fulcrais: 1) regeneração nacional; 2) serviço, entendendo por tal, a responsabilidade do PCC em assegurar a satisfação das necessidades do povo chinês; e 3) autovigilância dentro do Partido, com o intuito de cumprir o objetivo centenário do PCC (Jinping, 2012).

Depois da realização da Terceira Sessão Plenária do XVIII Comité Central do PCC (9 a 12 de novembro de 2013) o Presidente Xi Jinping afirmou que “a reforma e abertura irão decidir o destino da China” e “realizar o sonho da regeneração nacional” (“*Communiqué of the Third Plenary Session of the 18th Central Committee of the Communist Party of China*”, 2014).

Quanto à regeneração nacional, realça-se que não representa nenhuma novidade da nova liderança chinesa. Este objetivo constitui uma promessa feita há décadas: “o PCC concebe a sua razão de ser como instrumento incumbido de cumprir o destino chinês; isto é, de restituir a grandeza nacional bruscamente interrompida pelo “século de humilhação nacional” (Rato, 2020, p. 14).

Em dezembro de 2012, Xi Jinping numa visita a Shenzhen chamou a atenção para o facto de a perda da crença ideológica pelos membros do partido comunista soviético e a disseminação de ideias liberais na URSS a ter levado ao colapso (Zhao, 2016, pp. 1170-1171).

Em 2013, Xi, partido do referido cenário e tendo como objetivo evitar o colapso do PCC e reduzir a divisão ideológica e o facciosismo, desenvolveu uma nova narrativa, recorrendo à narrativa dos «dois inegáveis» (Zhao, 2016, p. 1171). Esta nova narrativa divide a história da RPC em duas eras fundamentais: a era de Mao Zedong e a era de Deng Xiaoping. Na primeira fase, o país “levantou-se”. Isto é, uniu-se e reconstruiu-se enquanto um país soberano. Na segunda fase, o país enriqueceu através das reformas implementadas por Deng. Por sua vez, com Xi Jinping a China está numa nova fase de fortalecimento nacional, fundamentada no apelo fiel manutenção da missão fundadora do PCC. Economy (2018) sublinha que, o regresso da ideologia marxista-leninista como instrumento de união e propósito após décadas de primado da economia (p. 43). Ou seja, a ideologia regressa como fonte de legitimidade do PCC e padrão

através do qual a liderança chinesa percebe o mundo (leia-se ameaças externas à regeneração nacional).

Neste contexto, pode-se dizer que Xi, comparativamente com os seus antecessores, adotou uma forma “musculada” em relação ao debate e à influência dos modelos ocidentais de governação na China. A este propósito, observa-se que, no dia 4 de janeiro de 2012 (ainda antes de ter sido eleito Secretário-geral do PCC), Xi Jinping com o fim de evitar as influências externas ocidentais na ideologia da RPC, reforçou a ideia de que o controlo ideológico e a educação política nas Universidades deviam ser fortalecidos (Cabrita, 2016, p. 353).

Um ano mais tarde, o Gabinete do Comité Central do PCC criou o Documento nº 9 (em abril de 2013), o qual determinava a proibição da promoção de ideias defensoras dos modelos ideológicos e políticos ocidentais por parte dos académicos chineses (Cabrita, 2016, p. 354). Este Documento enunciava cinco «formas de pensar incorretas»: 1) defender a democracia constitucional ocidental (em vez do regime do PCC); 2) defender os valores universais (em vez dos valores socialistas); 3) defender o neoliberalismo (com a finalidade de desmantelar as empresas públicas e mudar o sistema económico); 4) desafiar o controlo de meios dos comunicação social pelo PCC e o sistema de gestão das publicações e imprensa; e 5) tentar negar a história do PCC e da RPC, incluindo o valor “científico” e a orientação do Pensamento de Mao Zedong (Cabrita, 2016, p. 354).

Após 2019, o governo chinês aumentou as atividades manipulativas pro-China e de dissimulação de informação sensível sobre o país. A plataforma Youtube aparenta ser a favorita para divulgar vídeos que contradizem assuntos sensíveis, como a violação dos direitos humanos na China. Regista-se igualmente, o encorajamento online para a população norte-americana participar em protestos relacionados com a pandemia COVID-19 e com o antirracismo asiático. Além disso, observa-se o alargamento da campanha de desinformação chinesa a outros setores e assuntos (Cook, 2021). O Projeto Escudo Dourado (ou “Grande Firewall da China”) foi introduzido em 1998, com o objetivo de restringir e filtrar as informações da internet a que a população tem acesso no território chinês (The White House, 2018). Recentemente (2020), o “Sistema de Crédito Social”³¹, inicialmente desenvolvido para monitorizar e avaliar a

³¹ Entende-se por “Sistema de Crédito Social” um sistema que monitoriza e retém um conjunto de informações e iniciativas que avaliam positivamente ou negativamente as empresas, as entidades governamentais e os cidadãos. Por exemplo, um indivíduo com uma boa classificação poderá ter prioridade no acesso a cuidados de saúde, enquanto um com má classificação poderá ser proibido de viajar de avião (Lee, 2020).

confiabilidade de empresas e entidades governamentais, foi alargado aos cidadãos chineses (Lee, 2020).

O atual controlo da informação na RPC não é nenhuma novidade, a principal diferença é a sua maior assertividade (Lanteigne, 2020, pp. 32-33). Com efeito, desde a década de 1980 que Deng Xiaoping avisava sobre as consequências ideológicas do processo de abertura económica: “quando se abre as janelas para entrar ar fresco, as moscas também entram” (Brown, 2018, p. 98). Mas enquanto no início do processo de reformas e abertura foi possível debater a reforma política, atualmente o debate é proibido. Agora, o foco do debate na China é a união e a disciplina do PCC, com o objetivo de reduzir “as tentativas das designadas «forças hostis» (leia-se EUA) para desestabilizar a China” (Cabrita, 2016, p. 356).

A *Belt and Road Initiative* (BRI)³² foi proposta pelo Presidente Xi Jinping, no dia 7 de setembro de 2013, durante a sua visita ao Cazaquistão (Jinping, 2013). Com esta Iniciativa, Xi Jinping pretendia desenvolver um programa de construção de infraestruturas que ligariam a RPC aos seus vizinhos e a coordenação política com vista à criação de uma “comunidade de destino comum para a humanidade” (Jinping, 2013; Shambaugh, 2020, p. 125). O principal objetivo desta Iniciativa consiste em, “ultrapassar definitivamente o século das humilhações dando face³³ à RPC e promovendo o Sonho Chinês, através da recuperação das comunicações entre Ocidente-Oriente” (Mendes, 2020, p. 73). Como complemento a esta Nova Rota da Seda, o Presidente Xi anunciou em outubro de 2013, a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), que cooperaria com as instituições financeiras multilaterais existentes para promover o desenvolvimento sustentável das economias asiáticas (“*China proposes an Asian infrastructure investment bank*”, 2013).

Segundo Brown (2018), a Nova Rota da Seda foi a solução para o problema logístico e de desigualdade na distribuição industrial da China (pp. 76-77). Esta Iniciativa desbloqueou novas formas de ganho, diversificou as rotas de recursos (por exemplo, o problema do estreito de Malaca), e envolve o diálogo com Estados com os quais a RPC teve conflitos no passado, por exemplo a Índia (p. 78). Além disso, “a BRI forneceu à liderança de Xi uma narrativa de política externa, que envolve a exportação do Sonho da China” (p. 79). Contudo, importa realçar

³² Inicialmente chamava-se “*One Belt and One Road*”.

³³ Entende-se «face» como sendo “(...) o prestígio e reputação, implica integridade moral e sucesso (...), conferindo uma imagem positiva ao indivíduo, grupo, organização ou país. Pode ganhar-se ou perder-se a face, por ações do próprio ou de terceiros, e, quanto mais face se tiver, mas facilmente se consegue aumentar a influência sobre os outros (...)” (Mendes, China Contemporânea, 2020, pp. 19-20) .

que com esta iniciativa Xi, contrariamente a Mao Zedong, não tenciona exportar a ideologia comunista, mas garantir o reconhecimento internacional do estatuto da RPC (pp. 80-81).

Outros autores, destacam a BRI como uma ferramenta de política económica para atingir objetivos geopolíticos (Breslin & Zhongqi, 2021, p. 203).

Durante a Administração do Presidente Donald Trump, o então Vice-Presidente Mike Pence (2017-2021), acusou a China de utilizar a diplomacia da “armadilha de dívida” (*debt trap diplomacy*) para expandir a sua influência, realçando a falta de transparência e de projetos economicamente exequíveis. Além disso, afirmou que a Administração norte-americana iria oferecer uma alternativa transparente e justa – o *BUILD act* (The White House, 2018). Com a Administração Biden, os EUA em conjunto com os líderes do G7 (12 de junho de 2021) anunciaram um mecanismo de financiamento de infraestruturas para países de baixo e médio rendimento, como alternativa à Nova Rota da Seda – a “*Build Back Better World (B3W)*” (The White House, 2021).

Em 2015, Xi anunciou a iniciativa «*Made in China 2025*», focada na inovação da economia e na criação de novas tecnologias e serviços com o objetivo de reduzir a sua dependência tecnológica e competir com as empresas ocidentais (leia-se EUA) (Lanteigne, 2020, p. 11).

Por sua vez, o 13º Plano Quinquenal da RPC (2016-2020) marcou uma «nova era» de desenvolvimento no país. Este Plano teve como foco a inovação e a transição da indústria de manufaturas para a indústria de alta tecnologia, tendo como pressuposto o desenvolvimento sustentável e as diferentes condições da vida da população urbana e rural³⁴, assim como, o desenvolvimento da classe média, tendo como objetivo a construção de uma «sociedade moderadamente próspera» até 2021 (Xinhua News Agency, 2017).

Em 2017, o XIX Comité Central do PCC assinalou o primeiro mandato quinquenal de Xi Jinping como Secretário-Geral do PCC e introduziu por unanimidade o «Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era» na Constituição do PCC. Segundo Xi Jinping, este Pensamento visa “assegurar a concretização de uma

³⁴ Através da reformulação do sistema de registo *Hukou* e na criação de emprego nas áreas urbanas da RPC, com o objetivo de reduzir as disparidades sociais.

sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos e, embarcar na jornada para construir uma China socialista moderna e realizar a regeneração nacional” (Jinping, 2017).

Para atingir o referido objetivo, Xi Jinping afirma ser necessário: 1) assegurar a liderança do PCC; 2) ter uma abordagem centrada nas pessoas, com o objetivo de garantir melhores condições de vida e ambientais; 3) defender o princípio de «um país, dois sistemas» e promover a reunificação nacional; e 4) promover a construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade (Jinping, 2017).

A visão partilhada por Xi Jinping, no XIX Comité Central do PCC (2017), remete-nos para a representação das ambições do povo chinês: a criação de um país rico, poderoso e rejuvenescido, em que o PCC é o garante desse sucesso (Brown, 2018, pp. 63-64). Ou seja, remete-nos para a ideia de que a população chinesa ambiciona uma vida boa, e que o PCC precisa de partilhar os mesmos objetivos. Aqui recorda-se, que Xi quando assumiu o cargo de Secretário-Geral do PCC em 2012 declarou que tinha o objetivo de legitimar o PCC através de satisfazer as crescentes necessidades da população chinesa e do apelo à história da China em que o PCC foi o salvador do país.

Em 2017, a China já não precisava de seguir o slogan introduzido por Deng Xiaoping, de “manter um perfil discreto e aguardar pela sua vez”, podia e devia ter um papel mais relevante no Sistema Internacional (Pinto, 2021, pp. 378-379).

Na 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (18 de janeiro de 2017), Xi Jinping propôs a *construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade*, em que se alcançaria o desenvolvimento comum e de modo a enfrentar um ambiente internacional cada vez mais incerto (Jinping, 2017). Além disso, na Sessão destacou a sua intervenção no Fórum Económico Mundial (realizado em Davos), no qual defendeu o sistema de globalização ameaçado pelo então Presidente norte-americano Donald Trump: “um processo até então associado a democracias multipartidárias” (Brown, 2018, p. 89).

Esta nova visão global da China defendida por Xi Jinping baseia-se: 1) na igualdade soberana, não obstante o tamanho ou riqueza do país; 2) na não interferência sobre os assuntos internos de cada Estado; 3) na resolução conjunta de problemas comuns através da promoção da diplomacia multilateral; e 4) na rejeição do domínio de apenas um ou vários Estados. A visão de Xi parte do pressuposto da igualdade dos Estados: “Todos os países devem, em conjunto,

“moldar o futuro do mundo, redigir as regras internacionais, gerir os assuntos globais e garantir que os resultados do desenvolvimento sejam partilhados por todos” (Jinping, 2017). Segundo Xi, para alcançar o referido objetivo, a comunidade internacional deveria promover: 1) as parcerias entre os Estados (em vez de alianças); 2) a resolução de problemas securitários comuns, como o terrorismo e as alterações climáticas; 3) o desenvolvimento dos Estados através da cooperação de ganho mútuo (*win-win*), opondo-se às medidas protecionistas; 4) o reconhecimento da diversidade civilizacional; e 5) o desenvolvimento de um mundo limpo, verde e com baixas emissões de dióxido de carbono (Jinping, 2017).

Com Xi Jinping, a China começou a pensar como um poder global capaz de expor a sua visão de prosperidade e igualdade à comunidade internacional, apelando aos ganhos mútuos e aos interesses e responsabilidades comuns. Esta nova posição da China em relação à governação global também realça a promoção do desenvolvimento sustentável, do combate às alterações climáticas, a participação do país nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas e a cooperação Sul-Sul, entre outras. Além disso, Xi declarou que a China não visa a hegemonia: “por mais forte que a sua economia cresça, a China nunca procurará a hegemonia, expansão ou esfera de influência”, pois, o multilateralismo é a forma mais eficaz de preservar a paz e promover o desenvolvimento (Jinping, 2017). Neste sentido, no dia 22 de novembro de 2021, na comemoração dos 30 anos de relação entre a China e Associação de Nações do Sudeste Asiático (sigla inglesa, ASEAN), Xi Jinping afirmou: “China opõe-se firmemente ao hegemonismo e à política de poder. A China procura uma coexistência amigável com os países vizinhos, e faz parte dos esforços comuns para uma paz duradoura na região. A China nunca procurará hegemonia, muito menos intimidar os países menores” (Jinping, 2021).

Em síntese, evidencia-se que a política externa chinesa é fortemente influenciada pelo fator endógeno: a cultura e história da China (Mendes, 2011, p. 436). Isto é, política externa chinesa atual continua a ser muito influenciada pelo século da humilhação nacional imposto pelas potências hegemónicas europeias (e Japão).

O 14º Plano Quinquenal (2021-2025), atualmente em vigor, pretende expressar a transição do primeiro objetivo centenário do PCC concretizado no 13º Plano Quinquenal (2016-2020) – alcançar uma “sociedade moderadamente próspera” até 2021 – para o segundo objetivo centenário – alcançar uma “economia de mercado socialista plenamente desenvolvida” até 2049, – com a finalidade de restaurar o estatuto do «Império do Meio» na Ásia, erradicando o século da humilhação nacional. O ponto intermédio para alcançar o segundo objetivo centenário

do PCC até 2049 é a «Visão para a China 2035», que remete para a realização da modernização socialista, baseada no desenvolvimento e na autossuficiência em tecnologias em áreas fulcrais, na eficiente e rápida redução de emissões de carbono, na redução do fosso entre a população rural e urbana e na cobertura universal de serviços públicos básicos (Xinhua News Agency, 2021).

O 14º Plano Quinquenal pretende promover um novo conceito de desenvolvimento assente na alta qualidade em vez do rápido crescimento, impulsionado pela inovação, com dois objetivos centrais: o desenvolvimento do mercado interno consumidor para a crescente classe média e a promoção da BRI. Com a introdução de um novo paradigma de desenvolvimento – a dupla circulação (“*dual circulation*”) – a China pretende complementar as suas exportações com o aumento do consumo interno, reduzindo assim a dependência externa e os riscos associados. Esta abordagem estratégica deveu-se ao contexto de rivalidade comercial e tecnológica com os EUA, à pouca procura internacional e ao desejo de diversos países em reduzir a sua dependência face à China perante a falta de transparência em relação à pandemia do SARS-CoV-2. Com a dupla circulação pretende-se promover a resiliência da economia chinesa a choques externos e a independência da tecnologia americana, através do desenvolvimento de um mercado consumidor interno, da autossuficiência tecnológica, da captação do investimento estrangeiro e do incentivo às empresas chinesas a investirem externamente em apoio à BRI (Xinhua News Agency, 2021). Contudo, a estratégia económica de reduzir a dependência nas exportações externas através do aumento do consumo interno não obteve os resultados esperados, e o crescimento económico da China foi o resultado do forte financiamento do governo chinês na economia (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2021, p. 41).

Segundo Lanteigne (2020), a política externa chinesa ao nível das relações entre Estados continua a basear-se nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (p. 12). Durante a era de Deng, a política externa chinesa era guiada pela estratégia de *Keep a Low Profile*, de “manter um perfil discreto, estar disposto a cooperar e encontrar o tempo necessário para resolver os desafios internos do país” (p. 88). A terceira e quarta geração de líderes, Jiang Zemin e Hu Jintao respetivamente, preservaram o clima interno e externo, porém o mesmo seria impossível de acontecer com Xi Jinping, porque a China contemporânea é rica, prominente e tem a capacidade de influenciar. Todavia, a atual política externa chinesa continua a ser guiada pela visão de Vestefália quanto à importância da manutenção da soberania dos Estados (p. 13); assim

como, pela noção dos «quatro nãos (*four no's*)»: não à hegemonia, não às políticas de poder, não às alianças militares e não à corrida militar (p. 13).

A liderança de Xi Jinping decidiu afastar-se dos princípios defendidos por Deng Xiaoping, tanto na política interna como na política externa – “mantém um perfil discreto” – baseando-se na assertividade para desempenhar o novo papel internacional da China. Aqui recorda-se, parte do discurso proferido por Xi Jinping no XIX Congresso Nacional do PCC (2017): “A nação chinesa (...) levantou-se, enriqueceu e tornou-se forte” e “será uma era em que a China se aproximará do palco central” (Jinping, 2017, p. 9). A transição da estratégia de “mantém um perfil discreto” para a estratégia de “lutar por realizações”, segundo Rato (2020), indica que a China “superou o “século da humilhação nacional” e se prepara agora para desempenhar um papel preponderante na formação de uma nova ordem internacional pós-liberal” (p. 20). Realça-se que esta transição foi uma consequência natural do aumento da confiança chinesa após a perceção do declínio dos EUA resultante da crise financeira de 2008. A referida confiança foi expressa através de uma maior presença militar e intervenção no Mar Sul da China (Mahbubani, 2020, pp. 47-48).

Em síntese, com Xi a definição dos interesses fundamentais da RPC ao nível internacional alargou-se. Tradicionalmente, incluíam-se apenas Taiwan, Tibete e Xinjiang. Com Xi passaram também a incluir o território marítimo do Mar Sul da China (Economy, 2018, p. 201). A política externa de “mantém um perfil discreto” de Deng Xiaoping cessou e fez emergir uma política externa mais assertiva centrada no Sonho Chinês e no compromisso de desenvolver as capacidades do Exército de Libertação Popular (ELP) para “lutar e ganhar guerras” (Economy, 2018, pp. 189-190): demonstrando a capacidade de projeção de poder e confiança da RPC. Contudo, em termos diplomáticos, a política externa de Xi mantém a abordagem pacífica e de desenvolvimento de uma comunidade com um destino comum (Brown, 2018, p. 119). A visão de “comunidade de destino comum para a humanidade” de Xi aclama por uma nova abordagem de interdependência e de integração entre os Estados, centrada na partilha, em vez dos interesses nacionais e da competição (Jinping, 2017). O Poder Suave continua a ter um papel de destaque na política externa chinesa, mas agora assume uma característica única, a capacidade de identificar e atender às necessidades de desenvolvimento dos outros países (Economy, 2018, p. 222).

Segundo Tobin (2018) a visão manifestada por Xi Jinping de uma “comunidade de destino comum para a humanidade” expressa o desejo de Pequim de transformar a ordem

internacional e de torná-la compatível com o modelo de governação chinês e com a sua emergência enquanto uma grande potência (p. 155). Esta visão não consubstancia um desejo novo, pois encontra as suas origens no final da era de Deng Xiaoping quando este apelou ao desenvolvimento de uma ordem multipolar. A visão de uma “comunidade de destino comum para a humanidade” foi utilizada por Hu Jintao em 2007 para descrever a relação entre a China e Taiwan, transmitindo a ideia de que apesar das diferenças as duas entidades poderiam ter relações razoavelmente boas (Jintao, 2007). Hu Jintao reforçou esta ideia no XVIII Congresso Nacional do PCC (8 de Nov. 2012 – 15 Nov. 2012), declarando: “Os países devem estabelecer um novo tipo de parceria global de desenvolvimento que seja mais equitativa e equilibrada, permanecer unidos em tempos de dificuldade, compartilhar direitos e assumir obrigações e promover os interesses comuns da humanidade” (Jintao, 2012). Realça-se que esta ideia complementava e alargava o slogan de Hu Jintao “Sociedade Harmoniosa” para “Mundo Harmonioso”³⁵ e lançava as bases para a nova geração de dirigentes chineses. Contudo, segundo Tobin (2018), com Xi Jinping a referida ideia deixou de ser um mero apelo à reforma da ordem internacional, a China quer fazer parte da transição e ter um papel de destaque na nova ordem internacional e governança mundial (p. 156).

Este o novo paradigma de Relações Internacionais defendido por Xi Jinping faz com que a China seja considerada um num Estado Revisionista (por parte dos EUA). Isto, apesar de, supostamente, o novo paradigma assentar em ideias de cooperação e igualdade soberana, porque pretende alterar o *status quo* da ordem internacional estabelecida e dominada pelos EUA. Esta nova visão chinesa das Relações Internacionais não é compatível com as alianças institucionalizadas, consideradas vestígios da Guerra Fria, devendo por isso ser substituídas por parcerias de “destino comum”. Neste âmbito, em 2017, Xi Jinping apelou ao desenvolvimento de parcerias internacionais assentes no diálogo, na não confrontação e na não aliança (Tobin, 2018, pp. 157-158). Todavia, Tobin (2018) salienta que os demais Estados estão em clara desvantagem em relação ao poderio chinês, perante o crescente número de países que estão a experienciar formas de coerção económica por parte da China (p. 159). Tobin também afirma que a aversão da China às alianças se deve à potencial ameaça que uma coligação de Estados democráticos representaria para o país (p. 159).

³⁵ Entende-se “Mundo Harmonioso” como a preferência pela paz global e pela estabilidade através da cooperação e da comunidade em vez de alianças ou o uso da força (Lanteigne, 2020, p. 21).

Por fim, sublinha-se que o aumento do poder diplomático e económico da China se expressou no desejo de pertencer, moldar e desenvolver um novo sistema normativo, assim como, organizações regionais e internacionais, que melhor representem os seus interesses nacionais. Esta nova abordagem distingue-se da lógica marxista radical definida por Mao Zedong (após a revolução comunista em 1949), que considerava que as organizações internacionais eram ferramentas das potências imperialistas, opunha-se e desafiava as normas e as políticas definidas pelas potências ocidentais (Lanteigne, 2020, p. 15). Lanteigne (2020) afirma que na era de Deng Xiaoping a manutenção de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento da China incentivou a integração e a participação nos fóruns multilaterais. Enquanto com Xi Jinping, a China tem estado mais proativa no desenvolvimento de normas e estruturas que poderão ser alternativas às estabelecidas pelas potências ocidentais, o que o leva a escrever que a China se tornou num “criador” e num “influenciador” (p. 15).

Neste contexto, leiam-se as palavras de Lu Boyuan, Embaixador da China em Portugal, disse: *“de uma maneira simplista, para a China o século 18 foi um século de clausura hermética, o século 19, um século de humilhação e vergonha, o século 20 um século de redenção e de recuperação (...) agora entrámos no século 21 e posso assegurar-vos que este século será para a China um século de levantamento e de ascensão”* (cit. por Cunha, 2012, p. 109).

4.2. Diplomacia das Vacinas

A pandemia de SARS-CoV-2, com os primeiros casos registados em Wuhan província de Hubei (em novembro de 2019), tornou-se numa vantagem para o setor farmacêutico chinês, tornando a China na principal produtora de vacinas no combate à doença COVID-19. Mas, também contribuiu para incentivo da diversificação na produção de vacinas que combatem outras doenças, tendo um custo significativamente inferior comparativamente às restantes no mercado, o que ameaça as produtoras farmacêuticas ocidentais (*“China Is Leveraging Its Vaccine Diplomacy Beyond Covid Shots”*, 2021).

O fornecimento de bens médicos no combate à pandemia apresentou-se inicialmente como uma oportunidade diplomática e de Poder Suave para a RPC. Todavia, a diplomacia das vacinas não se baseia na necessidade ou reciprocidade, mas no desejo de criar novas relações diplomáticas e em reforçar as existentes, concedendo aparentemente preferências entre os Estados recetores (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2021, p. 36). Mas,

também o fornecimento de bens públicos e de ajuda médica terem “restrições”, ou seja, os Estados recetores têm de mostrar publicamente a sua gratidão para com a China, e que apoiem os objetivos da política externa chinesa. O que resultou em críticas dos Estados democráticos de médio e alto rendimento, que não dependem exclusivamente dos bens públicos e da ajuda médica chinesa (China Power, 2021).

Neste contexto, a Diplomacia das vacinas contribuiu para o aumento da produção de vacinas e dependência internacional de bens chineses. Todavia, acabou por não obter os resultados, devido a quatro fatores, a saber: 1) antes da pandemia a China era a principal produtora de bens de proteção individual, o que originou guerras de licitações e o aumento da dependência dos Estados; 2) a demonstração pública de gratidão e o apoio aos objetivos de política externa chinesa como as restrições à aquisição de produtos e de ajuda médica; 3) a tentativa de Pequim em percecionar a venda dos bens e o auxílio médico como sendo exclusivamente doações, quando na realidade as doações de bens de proteção individual e de vacinas (3,8%)³⁶ são reduzidas; e 4) a China tentou posicionar-se como a número um na produção de produtos de proteção individual e vacinas, o que resultou dar prioridade à rapidez em vez da qualidade³⁷ (China Power, 2021). Apesar da falta de transparência sobre os riscos associados e à efetiva eficácia das vacinas, a aquisição de vacinas chinesas aumentou exponencialmente, nomeadamente por Estados de baixos rendimentos e em desenvolvimento (“*China Is Leveraging Its Vaccine Diplomacy Beyond Covid Shots*”, 2021).

Após o sucesso chinês no controlo interno do vírus, na 73ª Assembleia Mundial da Saúde (realizada entre 18 e 19 de maio de 2020), Xi Jinping expressou o desejo de ajudar os outros Estados no combate ao vírus (Jinping, 2020). Além disso, a China tentou reescrever a resposta inicial do governo chinês à pandemia através de ações de propaganda dirigidas, tanto internamente como externamente (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2021, pp. 31-32).

³⁶ O referido valor corresponde às doações de vacinas efetuadas pela China há data de 7 de setembro de 2021 (China Power, 2021).

³⁷ Alude-se à comercialização de produtos de proteção individual e vacinas ineficazes e com defeitos, o que originou críticas e o receio internacional face à efetiva eficácia dos produtos produzidos pela China.

Capítulo II – Política Externa Chinesa em relação aos Estados Unidos da América

1. Na era de Deng Xiaoping

O facto da RPC partilhar fronteiras terrestres com a União Soviética, na década de 80, uma superpotência que naquela altura não mostrava sinais de debilidade, preocupava a liderança chinesa. Esta preocupação foi um dos impulsionadores da reforma económica, tendo por objetivo colmatar as fragilidades internas da RPC (Rato, 2020, p. 92).

Em 1969, o deterioramento do relacionamento sino-soviético e os recorrentes conflitos fronteiriços constituíram um forte incentivo à reaproximação aos EUA (Rato, 2020, p. 93). Em 1971, os EUA abandonaram a estratégia de usar Taiwan para conter a RPC, e começaram a utilizar a RPC para conter a URSS (Shambaugh, 2020, p. 44). Efetivamente, em 1971-1972, os EUA aceitaram parcialmente as condições necessárias para a normalização da relação sino-americana, delineadas no Comunicado de Shanghai – “(...) retirada de todas as forças norte-americanas de Taiwan; fim do tratado de defesa com Taiwan; e o estabelecimento de relações diplomáticas com a China exclusivamente com o Governo de Pequim” – e propuseram a comercialização de armas não especificadas a Taiwan e a resolução pacífica da situação entre a RPC e Taiwan (Kissinger, 2011, pp. 386-387).

A normalização da relação sino-americana foi marcada pela viagem de Deng Xiaoping aos EUA, em 1978. Durante esta viagem, Deng discutiu com a Administração Carter (1977-1981) a necessidade de a China adquirir tecnologia estrangeira e desenvolver a sua economia (Kissinger, 2011, p. 393).

Deng Xiaoping tinha consciência das debilidades da China, nomeadamente do subdesenvolvimento económico, das taxas de crescimento lentas e do atraso tecnológico comparativamente aos seus vizinhos da Ásia-Pacífico. Além disso, esta situação era percecionada por Deng como a principal ameaça à sobrevivência da RPC (Cooper III, et al., 2020, p. 16). Neste contexto, Deng recorreu à relação com os EUA para retificar o subdesenvolvimento económico, através do acesso ao comércio internacional, às técnicas e à tecnologia, e ainda obteve segurança em relação à ameaça da URSS (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 569).

Com a Administração Reagan (1981-89), a relação entre a RPC e os EUA começou a piorar por causa da questão de Taiwan³⁸, e pelo facto de os EUA serem tendencialmente dados à intervenção militar no Terceiro Mundo³⁹ (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 204); assim como, devido à diminuição da ameaça da URSS à China (Shambaugh & Robinson, 1994, p. 572). Esta última situação fez com que a liderança chinesa abandonasse a contenção militar e procurasse estabelecer uma nova relação diplomática com a URSS (Kissinger, 2011, p. 423).

Em 1982, a RPC procurou estabelecer relações cordiais com ambas as superpotências (1986-1992) e decidiu afastar-se da “frente unida” com os EUA contra a URSS (afastar-se da competição da Guerra Fria), através da formulação de uma política externa independente (Garver, p. 98). Esta política externa independente permitiria à China prosseguir as suas preferências nos três círculos: as superpotências, os países desenvolvidos e o Terceiro Mundo” (Kissinger, 2011, p. 424). Esta nova Política Externa não constituía nenhuma novidade, uma vez que já tinha sido ensaiada por Mao em 1961-1966 (Shambaugh & Robinson, p. 574).

Sucintamente, na década de 80, a RPC optou pela estratégia de acomodação em relação aos EUA – isto é, percecionava os EUA como um poder dominante poderoso, mas considerava que não representava uma ameaça aos interesses da China (Doshi, 2021, p. 22). Porém, os “três acontecimentos traumáticos” – o incidente da praça de Tiananmen (1989), o colapso da URSS (1991) e a 1ª Guerra do Golfo (1990-1991) – a demonstração da superioridade das capacidades tecnológicas e militares dos EUA na 1ª Guerra do Golfo levaram a liderança chinesa a compreender que os EUA se afiguravam como uma ameaça para a China. Daí que, a partir da década de 90 até 2008, Deng e os seus sucessores, Jiang Zemin (1992-2002) e Hu Jintao (2002-2012), tenham optado pela estratégia de “embotamento” (“*blunting*”) dos EUA. Esta estratégia foi concebida para reduzir o risco de contenção e influência norte-americana sobre a China e, para garantir as condições necessárias do desenvolvimento da China (Doshi, 2021, p. 48).

³⁸ O território de Taiwan foi cedido ao Japão após a derrota da China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), e permaneceu sob o domínio japonês até 1945, com final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a derrota do Japão e dos seus aliados. A segunda fase da Guerra Civil Chinesa (1945-1949) entre os nacionalistas (Kuomintang), liderados por Chiang Kai-shek, e o PCC liderado por Mao Zedong, cessou em 1949, com a vitória do PCC e a fuga dos nacionalistas para Taiwan, e formação do governo da República da China (RC) em Taiwan. Perante, a memória das cedências provocadas pelo “século de humilhação”, a RPC considera Taiwan parte integrante do seu território nacional, fulcral ao rejuvenescimento nacional.

³⁹ Alguns exemplos da intervenção militar americana no Terceiro Mundo: Guatemala (1954) quando a CIA derrubou o governo do Presidente Jacobo Arbenz Guzman; Equador (1963) quando a CIA apoiou a golpe militar do Presidente José María Velasco Ibarra; e o golpe militar do Chile (1973) apoiado pela CIA destituiu o governo do Presidente Salvador Allende para que o General Augusto Pinochet chegasse ao poder.

Concluindo o argumento anterior, realça-se que a rivalidade sino-americana remonta à era de Mao, aquando da criação da RPC (1949), os EUA são percebidos como um poder antagónico anticomunista (Cooper III, et al., 2020, p. 7). Com o final da Guerra Fria, os EUA passaram a ser considerados o principal grande adversário da China, substituindo a URSS enquanto preocupação securitária. O que levou ao desenvolvimento da «Grande Estratégia», compreendida como uma estratégia para assegurar a sobrevivência da RPC, enquanto procurava primeiro o domínio regional e, subsequentemente o domínio global. Como já foi dito, segundo Doshi (2021), a grande estratégia chinesa foca-se em primeiro lugar em diluir o poder americano na Ásia e depois em substituí-lo regionalmente, e por último, dominar a ordem internacional: para estar em conformidade com o modelo chinês de governação (pp. 19-24). Em que a política de “mantém um perfil discreto” defendida por Deng seria uma política transitória – “um *placeholder* até que a China fosse suficientemente forte para desafiar abertamente os EUA” (Pottinger, 2021). Mas, também uma política externa apaziguadora das reações externas sobre a rápida ascensão da China e para preservar a relação cordial e cooperativa com os EUA, com a finalidade de manter a paz e estabilidade do Sistema Internacional – elementos fulcrais ao desenvolvimento e modernização da China (Cooper III, et al., 2020, p. 8).

2. Na era de Xi Jinping

A crescente hostilidade da opinião pública e da rivalidade sino-americana, no início do século XXI, marcaram a reorientação da formulação da política externa norte-americana em relação à RPC, para mais confrontacional que a antecessora (Rato, 2020, p. 11). A presente hostilidade derivou da assertividade presente na política externa chinesa após a crise financeira de 2008, aquando da perceção do declínio do poder norte-americano e da ordem liberal internacional.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os EUA e a China em 1979 até à Administração de Donald Trump, a estratégia norte-americana para a RPC foi de “engajamento” (*engagement*). Esta estratégia assentava na noção de que o constante engajamento estimularia a abertura económica e política da RPC. Perante o insucesso desta estratégia, em 2018, a Administração Trump adotou uma nova estratégia em relação à China. A nova estratégia classificada como “competitiva” tinha como objetivo proteger os interesses nacionais dos EUA: 1) “proteger o povo, a pátria e o modo de vida americano; 2) promover a prosperidade americana; 3) preservar a paz por meio da força; e 4) avanço da influência americana” (The White House, 2020, p. 1). Segundo a Casa Branca, esta nova estratégia não

impossibilita o engajamento com a China, torna-o apenas mais seletivo e orientado para a obtenção de resultados específicos em áreas em que ambos os países partilhem interesses comuns (The White House, 2020, p. 9).

Doshi⁴⁰ (2021) salienta que, após a crise financeira de 2008, a RPC procurou obter uma maior influência regional e satisfazer os interesses nacionais. Esta nova estratégia chinesa representa uma clara mudança em relação à estratégia de “embotamento” (*blunting*) adotada por Deng Xiaoping (e continuada pelos seus sucessores até 2008). Doshi classifica a estratégia chinesa adotada a partir de 2008 como estratégia de “construção” (*building*), uma vez que pressupõe a construção das bases da sua própria ordem (p. 23). Entendendo-se por tal, o desenvolvimento de uma ordem sino-cêntrica através do apelo à “construção de uma comunidade de futuro comum para a humanidade”.

Nye (2010) realçou que a perda de poder suave e da confiança nas instituições financeiras e no modelo de desenvolvimento económico norte-americano foram consequências da crise financeira de 2008 (p. 144). Por outro lado, o progressivo crescimento da economia chinesa e a confiança transmitida durante a crise financeira, assim como, a celebração dos Jogos Olímpicos em Pequim (realizados entre 8 e 24 de Agosto de 2008) demonstraram que os modelos económicos não liberais poderiam ser uma alternativa viável.

Em 2017, no XIX Congresso Nacional do PCC, Xi Jinping declarou que a China “oferece uma nova opção para os países e nações que desejam acelerar seu desenvolvimento, mas preservando sua independência” (cit. por Doshi, 2021, pp. 285-286).

O facto de a China apresentar um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo ocidental (Consenso de Washington) é considerado pelos EUA como uma estratégia para corromper e explorar as fraquezas das «nações livres», erodir as normas internacionais e promover modelos de governança autoritários (The White House, 2021, p. 7).

De seguida passamos a analisar os Livros Brancos de Defesa da RPC e as Estratégias de Defesa Nacional dos EUA na era de Xi Jinping, com o objetivo de descrever o panorama da evolução da rivalidade estratégica entre ambos os países.

⁴⁰ Rush Doshi é o Diretor para a China do Conselho de Segurança Nacional da Administração Biden, antes disso era o Diretor da *Brookings China Strategy Initiative*.

2.1. Livros Brancos de Defesa da República Popular da China (2013-2019)

A análise dos Livros Brancos de Defesa Nacional da RPC emitidos pelo Governo chinês entre 2013 e 2019 releva uma tendência de gradual afirmação de forças e presença no Mar Sul da China para salvaguardar os interesses nacionais do país e o apelo à construção de comunidade de destino comum para a humanidade.

O Livro Branco de Defesa de 2013 afirma que a “paz e o desenvolvimento continuam a ser as tendências subjacentes aos nossos tempos”. Além disso, destaca que os EUA estão a rever a sua estratégia securitária na Ásia-Pacífico, reforçando as alianças militares e expandindo a sua presença militar na região (o que na opinião dos dirigentes chineses torna a situação mais tensa). Neste contexto, o governo chinês declara que o ELP tem a função de salvaguardar os interesses fundamentais da RPC⁴¹ (Ministry of National Defense People's Republic of China, 2013).

O Livro Branco de Defesa de 2015 proclama que “para realizar o Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional, a população chinesa deseja unir-se ao resto do mundo para manter a paz, procurar o desenvolvimento e partilhar a prosperidade” – isto é, a China pretende introduzir um novo paradigma de Relações Internacionais assente num futuro próspero e pacífico. Além disso, o referido Livro realça a necessidade de acelerar o processo de “construir uma estratégia de defesa nacional forte e forças armadas poderosas para garantir segurança necessária para o desenvolvimento pacífico da China”. Esta afirmação do Governo chinês parte do pressuposto de que os EUA continuam a sua estratégia para “reequilibrar” a região através do fomento da presença militar e de alianças, o que é considerado ser uma ameaça à soberania territorial e aos direitos e interesses marítimos da China (Ministry of National Defense People's Republic of China, 2015).

O Livro Branco de Defesa 2019 alude concretamente à rivalidade sino-americana, e apresenta os EUA como uma força desestabilizadora na região Ásia-Pacífico, afirmando que “frequentemente conduzem missões de recolha de informação e invadem ilegalmente o espaço aéreo e as águas territoriais da China”, o que ameaça a segurança nacional da RPC. Subsequentemente, o documento descreve a modernização e expansão das forças militares

⁴¹ Importa referir que não foram definidos ou elaborados, mas conclui-se que serão – preservar o sistema político, a soberania e a integridade territorial e o desenvolvimento económico (e manter o ambiente internacional favorável) – referidos anteriormente.

chinesas como uma estratégia meramente defensiva e estabilizadora. Sobre a questão nuclear, o Livro Branco declara que a “China não se envolve em nenhuma corrida armamentista nuclear e que mantém suas capacidades nucleares no nível mínimo exigido para a segurança nacional”. Apesar deste discurso, observa-se que, em 2021, foi registada a construção massiva de silos para o armazenamento de mísseis nucleares (Kristensen & Korda, 2021). Em relação a Taiwan, o Governo chinês continua a considerar a Ilha como parte integrante do território chinês e fulcral à regeneração nacional, expressando o desejo de reunificação e neste sentido declara que usarão a força, se necessário, sobre a “interferência de forças exteriores e no reduzido número de separatistas que apelam à independência de Taiwan” (Ministry of National Defense of the People's Republic of China, 2019). Ou seja, deduz-se que a China não tolerará a interferência externa nos seus assuntos cruciais.

Importa, ainda, analisar o discurso de Xi Jinping na cerimónia que marcou o centenário do PCC (1 de julho de 2021), no qual o Presidente chinês deixou claro que a China não tolerará nenhum tipo de opressão externa, e que o sucesso e futuro do PCC recaem sobre o povo chinês e sobre a regeneração nacional. Isto é, a China nunca permitirá que qualquer força estrangeira a intimide, oprima ou subjogue. Neste contexto, a aceleração da modernização das capacidades militares chinesas é essencial, enquanto fator dissuasor de ameaças externas à segurança e estabilidade do país. Por outro lado, Xi Jinping recordou que a China contribuiu sempre para o desenvolvimento global e preservação da ordem internacional, e que não procurará no futuro a hegemonia, nem oprimir os outros Estados do Sistema Internacional (Jinping, 2021).

2.2. Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (2010-2021)

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2010, do então Presidente Barack Obama (2009-2017), expressa a necessidade de aprofundar as relações com os Estados emergentes da região Ásia-Pacífico, nomeadamente a China, e procurar pertencer e ter um papel mais significativo nas organizações multilaterais da região. Apela ainda, a uma relação de respeito e cooperação mútua com a China, reconhecendo a importância da relação sino-americana na resolução dos problemas do século XXI, apesar de existir a divergência em diversas áreas (The White House, p. 43).

Neste contexto, a Administração Obama alterou o foco da política norte-americana para a região da Ásia-Pacífico. Com o propósito de aprofundar a segurança, a política e envolvimento económico norte-americano na região, através do reforço e aprofundamento das

relações com os seus aliados e a deslocação das capacidades navais, com o objetivo de “rebalancear” a Ásia. Isto é, a tentativa dos EUA em estabelecer um regime securitário na Ásia-Pacífico com os seus aliados para balancear a região, e que foi percebida pela China como uma tentativa de a “conter” (Lanteigne, 2020, p. 14).

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2015 declara que não apoia as práticas intimidadoras utilizadas pela China na resolução das disputas territoriais na região Ásia-Pacífico e, que está alerta em relação à modernização militar da China (The White House, p. 1). Contudo, os EUA procuraram cooperar com a China em áreas de interesse mútuo, como por exemplo na redução das emissões de carbono (The White House, p. 12).

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2017, do então Presidente Donald Trump (2017-2021), declara a China (e Rússia) um competidor estratégico, capaz de ameaçar a segurança e os interesses norte-americanos (p. 2). Acusa a China de roubar a propriedade intelectual, o que lhe permite injustamente explorar a inovação das nações livres (p. 21). Também, afirma que a China “quer desenvolver um mundo antiético aos valores e interesses dos EUA, e que procura afastar os EUA da região Indo-Pacífico através da expansão do modelo económico chinês e reorganizar a região a seu favor” (p. 25) – através da estratégia de Anti-acesso e Negação de área (“*Anti-access/Anti-denial*” (A2/AD))⁴². Além disso, aborda a “falaciosa crença” que esteve enraizada na estratégia de engajamento da política norte-americana durante décadas em relação à China – isto é, que o contínuo apoio à ascensão da China e a integração na atual ordem internacional levaria à sua liberalização –, que pelo contrário, contribuiu para que a China reunisse informação e disseminasse aspetos do seu regime autoritário, como a corrupção e o sistema de vigilância e controlo nas sociedades liberais (p. 25). Também, refere que apesar dos EUA procurarem manter a relação cooperativa com a China, esta utiliza o seu poder económico como incentivo e coerção para persuadirem os Estados e satisfazerem a sua agenda política e securitária, e apresenta as suas ambições como mutuamente benéficas, mas que na realidade ameaça a soberania dos Estados na região Indo-Pacífico (p. 46). Foi proposta como solução que os EUA procurassem trabalhar em conjunto

⁴² Entende-se a estratégia de “*anti-access/anti-denial*” (A2/AD) como uma estratégia de limitação e negação da liberdade de movimentos do adversário na área de operações. A China assertiva desenvolveu um sistema de defesa aéreo e marítimo para limitar as operações militares dos EUA, concentrado maioritariamente à volta de Taiwan e do Mar Sul da China (Missile Defense Advocacy Alliance, 2018).

com os seus aliados para contestar as práticas comerciais injustas da China e restringir a aquisição de tecnologias e o acesso a informação sensível (p. 48).

Neste contexto, o então Vice-Presidente norte-americano Mike Pence (2017-2021), alude ao facto de a “China ter priorizado as capacidades de erosão das vantagens militares dos Estados Unidos em terra, no mar, no ar e no espaço” (The White House, 2018), com a objetivo de retirar a presença militar norte-americana da região Ásia-Pacífico e tentar impedir que esta auxilie seus aliados, em caso de confronto através da limitação e negação de acesso.

A análise efetuada demonstra que houve uma transição na política externa dos EUA em relação à China entre a Administração de Obama (2009-2017) e a Administração de Trump (2017-2021). A estratégia de “reequilíbrio” introduzida pela Administração Obama (em 2011) tinha o pressuposto de aprofundar a presença e os compromissos dos EUA na região Ásia-Pacífico, é considerada por muitos como uma estratégia para conter a China devido à transferência de consideráveis porções do “*hard power*” norte-americano para a região Ásia-Pacífico. Com a Administração Trump, apetrechada com o slogan da campanha eleitoral “*Make America Great Again*”, os EUA apostam em resolver o problema do défice comercial com a China. Como já foi dito, a Administração Trump acusou a China de práticas económicas e comerciais ilícitas. Neste caso, em 2018, a Administração Trump decidiu introduzir medidas protecionistas, dando origem a uma Guerra Comercial. Mahbubani (2020), afirma que o Presidente Trump dividiu os EUA em todas as suas políticas, exceto quanto à guerra comercial e tecnológica com a China, o que confirma o crescente consenso político e popular norte-americano de que a China representa uma ameaça para os EUA (pp. 9-10).

Em 2021, já durante a Administração do Presidente Joe Biden, a Orientação Estratégica de Segurança Nacional Provisória de 2021 exprime a vontade de revigorar a democracia e reconquistar o lugar de liderança dos EUA nas organizações internacionais, e pretende fazê-lo através do reforço e aprofundamento das alianças e parceiros como resposta aos novos desafios (The White House, pp. 3-7). A China é apresentada como uma “China assertiva”: o “único competidor capaz de combinar o seu poder económico, diplomático, militar e tecnológico para desenvolver um efetivo desafio a um sistema internacional aberto e estável” (The White House, p. 8). A modernização das capacidades militares do Governo chinês tornou-se num problema de segurança nacional dos EUA (apesar do aparente atraso de 10 anos comparativamente aos EUA). Daí que se afirme “os EUA nunca hesitarão em usar a força quando necessário para defender os interesses nacionais vitais”, mas só em último recurso, pois darão preferência à

diplomacia (The White House, p. 14). Afirma-se também que através da restauração da credibilidade dos EUA e da reafirmação da liderança internacional, se garante que serão os EUA, e não a China, a definir a agenda internacional, cooperando com outros Estados no desenvolvimento de novas normas e acordos internacionais que promovam os interesses e valores norte-americanos (p. 20). Por fim, salienta-se que este documento reconhece que a concorrência estratégica não impede a cooperação e o diálogo sino-americano em áreas de interesse comum. Todavia, os EUA pretendem reunir os seus aliados e parceiros para obter uma posição de vantagem, em relação à China, em termos negociais através da cooperação coletiva (The White House, p. 21).

Esta breve análise das Estratégias de Segurança Nacional dos EUA (2010-2021) permite registar a progressiva deterioração da perceção norte-americana em relação à China. Este processo começou após a crise financeira de 2008, e culminou com a eleição do Presidente Donald Trump, em 2016, e a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2017, que identificou a China, conjuntamente com a Rússia, como adversários estratégicos dos EUA (The White House, 2017, p. 2). Mahbubani (2020) afirma que a deterioração das relações entre os EUA e a China se deveu ao erro estratégico da China, de alienar diversos grupos do corpo político norte-americano, corroborando o desejo da Administração Trump de iniciar uma guerra comercial e tecnológica com a China, em 2018. Segundo Mahbubani (2020), três fatores contribuíram para essa alienação: 1) a relativa autonomia política dos dirigentes das províncias e das cidades; 2) a arrogância exibida pela China após a crise financeira de 2008; e 3) a parca liderança central chinesa na primeira década do século XXI (p. 43).

A Administração Biden pretende consolidar um complexo conjunto de iniciativas políticas introduzidas pela Administração Trump para se defender das políticas económicas injustas da China e da ameaça à segurança nacional dos EUA (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2021, p. 140).

Esta estratégia foi manifestada durante o primeiro encontro sino-americano da Administração Biden (18 de março de 2021), quando o Secretário de Estado norte-americano Antony Blinken, declarou que a relação dos EUA com a China “será competitiva quando for preciso ser, colaborativa quando for possível e adversária quando tiver de ser” (U.S. Department of State, 2021). Blinken também expressou preocupação a respeito da violação dos direitos humanos e das ações repressivas da China em relação Tibete, Xinjiang e Taiwan. Em resposta, Yang Jiechi (Diretor do Escritório da Comissão Central dos Negócios Estrangeiros desde 2013)

afirmou que “Xinjiang, Tibete e Taiwan, são partes inalienáveis do território da China. A China opõe-se firmemente à interferência dos EUA nos assuntos internos da China”, o que resultou em progressivas acusações diretas de ambos os lados. Salienta-se aqui o fenómeno de “*wolf warrior diplomacy*”⁴³ que é cada vez mais comum na diplomacia chinesa.

A Administração Biden (e outros Estados democráticos) determinaram que o tratamento aplicado pelo Governo chinês à minoria étnica uigur (que vive em Xinjiang) constitui genocídio, e que irão evitar consumir bens (como o algodão) oriundos da região devido à utilização de trabalho forçado (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2021, pp. 28-29).

A conversa virtual entre o Presidente Biden e o Presidente Xi, no dia 15 de novembro de 2021, resultou no desacordo em relação a Taiwan, comércio e direitos humanos. Quanto a Taiwan, o Presidente Biden advertiu que os EUA se “opõem firmemente a qualquer tentativa unilateral de mudar o *status quo* ou minar a paz e a estabilidade no estreito de Taiwan”, reafirmando em dois momentos distintos o compromisso de defender Taiwan, em caso de um ataque da China. Biden também, declarou que a “competição entre os dois países não se deve transformar num conflito, seja de forma intencional ou não”. Por sua vez, o Presidente Xi declarou que a “China e os EUA devem respeitar-se mutuamente, coexistir em paz, cooperar, gerir de forma apropriada os assuntos internos e assumir as suas responsabilidades internacionais” (The White House, 2021).

Evidencia-se que a Administração Biden corrigiu o tom agressivo que a Administração Trump se referia à China. Mas a relação bilateral continua extremamente tensa, especialmente nos assuntos de Taiwan, direitos humanos e comércio.

A assertividade e as intervenções militares da RPC no Mar Sul da China contribuíram para a crescente presença do exército norte-americano na região, com o objetivo de proteger um bem público comum – a liberdade de navegação –, em que o maior beneficiário desse bem público é a China (Mahbubani, 2020, p. 128). Esta situação, por sua vez, contribui para o aumento da militarização chinesa na região face ao desejo de proteger a sua soberania, e com o argumento de que se tratar apenas de uma posição defensiva (Ministry of National Defense of the People's Republic of China, 2019). Quanto aos EUA afirmam que querem zelar pela soberania dos outros Estados na região Ásia-Pacífico, remetendo para uma lógica expansionista

⁴³ Entende-se por “*wolf warrior diplomacy*” o tom mais agressivo praticado na diplomacia chinesa, tanto pelos dirigentes chineses como pela opinião pública, na defesa dos interesses nacionais da China (Smith, 2021).

por parte da China. Por sua vez, os Estados da região Ásia-Pacífico percecionam a China como uma ameaça à sua soberania nacional e procuram opções securitárias. O desejo de Xi Jinping em resolver a questão de Taiwan até à próxima década, contribui para o desenvolvimento de um ambiente internacional desfavorável para a China, o que ameaça a liderança do PCC (Soros, 2021).

As alianças securitárias regionais na Ásia-Pacífico não são algo recente. Por exemplo, o QUAD⁴⁴ (*Quadrilateral Security Dialogue* ou Diálogo de Segurança Quadrilateral) existe desde 2007 com o objetivo de responder aos desafios securitários comuns. Contudo, os quatro países não chegaram a um acordo em relação à China até 2017, ano que retomaram o diálogo face à crescente assertividade da China. O QUAD ameaça as ambições da China. Neste contexto, a China tem interesse em criar divergência entre os membros desta aliança através da combinação das estratégias de incentivos e coerção (“*carrots*” e “*sticks*”). Em 2020, a China tentou pressionar a Austrália, a economia mais pequena do QUAD, quando esta apoiou o apelo a uma investigação independente sobre as origens e a resposta do governo chinês à pandemia COVID-19 (U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2021, pp. 52-53). Ou seja, a China utilizou a coerção económica através da imposição de sanções na importação de bens australianos, porém não obteve o resultado esperado (Rudd, 2021).

Outra importante aliança securitária regional é o AUKUS⁴⁵, que tem o objetivo de “conter” a China, através do fornecimento de submarinos movidos a energia nuclear à Austrália (The White House, 2021).

Salienta-se que a estratégia norte-americana de querer impedir a emergência hegemónica de um ator estatal na região Indo-Pacífico, não é uma estratégia recente, já existe quase há dois séculos. Esta estratégia é expressa através do “esforço norte-americano em garantir que o Oceano Pacífico continuasse a ser um caminho marítimo para que as suas ideias e mercadorias se deslocassem para o Ocidente e para impedir que por lá viessem possíveis ameaças vindas do Oriente” (Pinto, 2021, p. 401). Romana (2005) afirma que a atitude dos EUA em relação à China tem sido caracterizada por oscilações entre as estratégias de “contenção” e de “envolvimento controlado” (p. 309). Ou seja, os EUA reconhecem a importância da China na região Ásia-Pacífico, mas o seu protagonismo deve ser vigiado através

⁴⁴ O Diálogo de Segurança Quadrilateral é um diálogo estratégico entre os EUA, a Índia, o Japão e a Austrália.

⁴⁵ AUKUS é uma parceria securitária trilateral que envolve a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

de uma forte presença militar e o reforço das alianças geoestratégicas na região Ásia-Pacífico (Romana, 2005, pp. 310-311).

Neste âmbito, Pinto (2021) afirma que os EUA tentarão repetir o modelo de alianças regionais que desenvolveram durante a Guerra Fria com a União Soviética, para criar um cerco à RPC (p. 414). Por esse motivo, a Estratégia de Defesa Nacional provisória dos EUA proposta pela Administração Biden declara que os EUA procuraram mobilizar os aliados, “(...) até agora marginalizados ou incomodados ideologicamente pela radical incorrecção de Donald Trump” (Pinto, 2021, p. 420). Todavia, como já foi dito anteriormente, a China não é a URSS, e dificultará o processo de aquisição de aliados por parte dos EUA. O trunfo da China é o seu poderio económico, representado através dos investimentos e influencia que têm sobre alguns Estados, e de como o irá utilizar para a captar e/ou dissuadir as entidades estatais “inimigas”. Sendo neste contexto que os EUA invocam o fator ideológico, isto é, o apelo à “aliança das democracias contra um poder não-democrático, autoritário e monopartidário, com grande capacidade económica e tecnológica e que está a caminho de reforçar o seu poder militar” (Pinto, 2021, p. 414). Porém, o conflito entre os Estados Unidos da América e China é essencialmente geopolítico e geo económico, não é ideológico. Pelo simples facto, da RPC não expressar o desejo de propagar a ideologia marxista-leninista, contrariamente à sua compatriota URSS. Neste contexto, segundo Pinto (2021), o medo, a honra e o interesse serão fatores determinantes na aquisição de aliados, como substitutos da vertente ideológica. E será nesta condição que a influência económica da China assumirá um carácter essencial na captação de aliados, representando ser uma importante ameaça à hegemonia norte-americana (pp. 420-421).

Numa tentativa de clarificação da atual rivalidade entre os EUA e a China, salientam-se os dois pontos principais de discórdia: Taiwan e a competição económica-tecnológica. A questão de Taiwan é um assunto complexo. O problema de Taiwan é um compromisso inabalável do PCC. Portanto, a China declara que a reintegração de Taiwan é um assunto interno da China, no qual nenhum país estrangeiro tem o direito de interferir (Kissinger, 2011, p. 387). Por sua vez, os EUA creem ter a missão de promover e defender os valores universais, e argumentam que a questão de Taiwan tem uma natureza ideológica, “(...) Taiwan é uma «China livre», uma «democracia vibrante e um parceiro económico e securitário e uma força positiva na comunidade internacional»” (Pinto, 2021, pp. 413-414). Daí que expressem o desejo de ajudar Taiwan num possível conflito armado com a China, sendo esse, o “único motivo excecional para uma guerra que envolva a China” (Mahbubani, p. 118). No respeitante à

competição económica-tecnológica, remete para o panorama de Guerra Fria. Segundo Pinto (2021), na Guerra Fria os EUA tinham sobre a URSS a clara vantagem de terem uma economia funcional e a liderança científica e tecnológica (p. 422). Mas, também possuíam um diversificado e vasto grupo de aliados, que utilizaram para cercar e isolar a URSS (Pinto, 2021, p. 411). Porém, a China não é a URSS. A China contemporânea possui uma economia próspera e exerce influência sobre outros Estados.

Conclusões e Observações finais

É inegável a crescente conflitualidade entre os EUA e a China, uma competição de índole económica e tecnológica. Mas, também geopolítica, que em parte deriva do rápido crescimento económico e ascensão da China e da importância geoestratégica da região Ásia-Pacífico.

É possível concluir-se que existem mudanças na política externa da era de Deng Xiaoping e da era de Xi Jinping, tanto em relação à ordem internacional como aos EUA. Porém, salienta-se que o objetivo central de ambas as lideranças chinesas era a regeneração nacional (compreendida na era de Deng Xiaoping como a sobrevivência e desenvolvimento económico da China).

A política externa durante a era de Deng Xiaoping pode ser simplesmente descrita como “estrategicamente independente e desenvolvimento pacífico”, com a finalidade de gerar um ambiente internacional favorável para o desenvolvimento económico e a modernização da China.

A política externa durante a era de Xi Jinping pode ser definida como uma estratégia assertiva, de “lutar por conquistas”, tendo como objetivo último garantir a regeneração nacional. Entendendo-se por tal, o desenvolvimento das capacidades militares do EPL para lutar e ganhar guerras (e não sujeitar a China a um novo século de humilhação nacional), a completa reintegração do território chinês e promover a visão chinesa do desenvolvimento de uma ordem internacional multipolar. Realça-se que a estratégia de segurança chinesa, apesar, da ênfase no desenvolvimento das capacidades militares, tem sido até agora de índole defensiva, e tem o objetivo de defender a soberania territorial e os interesses nacionais do país perante a crescente presença militar norte-americana na região Ásia-Pacífico.

O sucesso económico e a diretriz política chinesa de “não intervir nos assuntos internos dos Estados”, e a nova visão global expressa no slogan de uma “comunidade de destino comum para a humanidade” aumenta o Poder Suave da China, o que por si só é uma vantagem sobre os outros Estados no Sistema Internacional. Veja, por exemplo, a preferência dos Estados em desenvolvimento em terem a China como parceiro económico (na Nova Rota da Seda), em vez de recorrerem aos mecanismos de financiamento ocidentais.

A teoria ideológica marxista-leninista continua a ser a “bússola” da China, agora sob a divisa introduzida por Xi Jinping em 2017 – o “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com características chinesas para uma nova era” – que tem a finalidade de realizar a modernização socialista e a regeneração nacional.

A distinção mais evidente da política externa de Xi Jinping em relação aos seus antecessores é a articulação de uma visão global – “a construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade” – assente na igualdade soberana e na obtenção de benefícios mútuos, afigurando-se como uma alternativa à atual ordem liberal internacional. Com esta visão, Xi Jinping propõe o fim do domínio de um ou vários países, e a construção de parcerias mutuamente benéficas em vez de alianças (que remontam à mentalidade da Guerra Fria). Mas, Xi também afirma que a China não procurará a hegemonia, a sua expansão ou o desenvolvimento de esferas de influência.

Esta nova visão global da China apela tanto aos ganhos mútuos como às responsabilidades comuns nas Relações Internacionais. Com efeito, Xi Jinping afirmou ser do interesse comum desenvolver um bom futuro para as gerações vindouras. Neste contexto, destaca-se que a China tem atualmente nova diplomacia global: a China está em todas as partes do mundo e aborda todos os assuntos.

A referida visão global, apesar do seu aparente desígnio benigno, é um desafio para os EUA, e para os seus aliados, na medida em que expressa o desejo do Governo chinês de recuperar a posição central no sistema internacional, que o país detinha antes do século da humilhação nacional, imposto pelas potências ocidentais.

Portanto, como resposta à questão de partida da presente dissertação: *Verifica-se alguma mudança na política externa chinesa em relação aos EUA na era de Xi Jinping em comparação com a política externa chinesa na era de Deng Xiaoping?* –, pode-se responder

afirmativamente. Na era de Xi Jinping, a China opõe-se ao sistema de alianças e à ordem internacional desenvolvidos pelos EUA, apelando ao desenvolvimento de uma nova ordem internacional de igualdade soberana, em que nenhum Estado possa ter a característica de hegemónico. Mais: a nova visão global da China ameaça o *status quo* da atual ordem internacional e fomenta o conflito entre os EUA e a China.

Salienta-se, contudo, que a rivalidade sino-americana não é um acontecimento recente: remonta à era de Mao Zedong, aquando da criação da República Popular da China (1949) com a respetiva ideologia marxista-leninista e alinhada com a União Soviética. Posteriormente, a crescente rivalidade sino-soviética e a estratégia de Nixon-Kissinger para cercar a URSS criaram as condições para a reaproximação sino-americana. Ou seja, a reaproximação entre a China e os EUA foi fortemente motivada por um propósito geoestratégico, limitar a expansão da influência da União Soviética.

Com o colapso da União Soviética e o fim do sistema bipolar (1991), os EUA emergiram como a única superpotência, e a preocupação securitária da China em relação à URSS foi substituída pela preocupação com os EUA. Não obstante, nessa época, o objetivo estratégico da China era o desenvolvimento económico e a modernização, sendo a estabilidade do sistema internacional um fator essencial. Daí, que Deng Xiaoping tenha delineado a estratégia “mantém um perfil discreto e aguarda o teu momento”. Esta estratégia expressava o desejo de manter a neutralidade da China no Sistema Internacional, e aproveitar todas as oportunidades provenientes de um ambiente internacional pacífico e estável.

Perante o sucesso económico do país e o objetivo da regeneração nacional, Xi Jinping tem procurado uma maior participação da China na ordem internacional e concebeu um “novo” paradigma de relações internacionais, compatível com o atual estatuto da China e respetivos interesses nacionais. Esta nova diplomacia chinesa de grande potência reflete a nova perceção da China sobre a relação sino-americana, assim como, sobre si própria.

Realça-se que a atual preocupação com a ascensão da China é uma consequência natural no Sistema Internacional. Com efeito, quando um Estado dentro do Sistema Internacional procura acumular poder, perturbando o equilíbrio estabelecido, a guerra é uma forte possibilidade.

Neste contexto, pode-se falar em «Guerra Fria» ou «Nova Guerra Fria» a respeito do conflito sino-americano apesar desta terminologia ser evitada pelos disputadores, e de ser uma competição por influência num Sistema Internacional globalizado em que as duas potências estão intimamente interligadas. No entanto, o facto de ambos os competidores terem armamento que permitiria a mútua destruição, torna o eventual conflito armado pouco provável. Daí que se aluda a um clima de “Guerra Fria”, sendo novamente, os aliados um fator essencial, perante um duelo pela hegemonia.

Tudo o que foi dito, remete para a ideia de que a China é um Estado revisionista, profundamente insatisfeito com o *status quo*. Efetivamente, Xi Jinping tem expressado assertivamente o desejo de adaptar e criar normas e instituições internacionais que melhor satisfaçam a China enquanto grande potência, e tem declarado que não tolerará ameaças à soberania territorial da China (e à reintegração de Taiwan na China). Assim sendo, considera-se que quando a China desafia a hegemonia norte-americana poderá não ter a intenção de substituir os EUA como potência dominante, nem de substituir a ordem internacional atual por uma ordem internacional sino-cêntrica. Isto é, a China poderá, apenas, querer ter um papel adequado à sua atual importância económico-social na ordem internacional quando propõe a sua própria visão para um novo paradigma de relações internacionais.

Por último, observa-se que a relação entre os EUA e a China é uma relação de “competição coexistente”. Acontece que, apesar, da competição, as duas potências estão profundamente interligadas e procuram cooperar em áreas de interesse comum. Por consequência, é do interesse mútuo de ambos os Estados gerirem a competição e maximizarem a cooperação, com o objetivo de desenvolver uma maior confiança entre os dois Poderes e reduzirem a possibilidade de conflito – para que possam escapar à armadilha de Tucídides e a mútua destruição, no caso de conflito armado.

Referências Bibliográficas

- Allison, G. (24 de setembro de 2015). *The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?* Obtido em 15 de outubro de 2021, de The Atlantic: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>
- Allison, G. (2017). *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Houghton Mifflin Harcourt.
- Attinà, F. (8 de novembro de 2020). *Theories of World Order Transition and the current phase of World Politics*. Obtido em 3 de novembro de 2021, de Semantic Scholar: <https://www.semanticscholar.org/paper/THEORIES-OF-WORLD-ORDER-TRANSITION-AND-THE-CURRENT-Attina/9587f1a6cb9a54c95a064395a2a1828c1c62c2d4>
- Bhattacharjee, A. (2012). *Social Science Research: Principles, Methods, and Practices*. Textbooks Collection - University of South Florida.
- Breslin, S., & Zhongqi, P. (2 de março de 2021). *Introduction: A Xi change in policy?* Obtido em 7 de novembro de 2021, de SAGE Journals: <https://doi.org/10.1177/1369148121992499>
- Britannica, T. E. (30 de January de 2020). *Foreign Policy*. Obtido em 5 de November de 2021, de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/foreign-policy>
- Brown, K. (2018). *The World According to Xi Jinping: Everything You Need to Know About the New China*. I.B.Tauris.
- Cabral, F. M. (2020). The Rise of China in Global Politics: Is a Peaceful Power Transition Possible? *Daxiyangguo*(25), pp. 22-38. Obtido em 10 de novembro de 2021, de <https://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/images/DaxiyangguoOnline/2020/FullIssue.pdf>
- Cabrita, I. (2016). *O Modelo Chinês para os Direitos Humanos*. Lisboa: Almedina .

- Cheng , J. Y.-S., & Zhang, F. W. (1999). Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis. *Kasarinlan - Politics and Governance*, 14(3), pp. 91-114. Obtido em 13 de novembro de 2021, de https://www.journals.upd.edu.ph/index.php/kasarinlan/article/view/1415/pdf_59
- China Is Leveraging Its Vaccine Diplomacy Beyond Covid Shots*. (3 de novembro de 2021). Obtido em 5 de novembro de 2021, de Bloomberg: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-03/made-in-china-covid-vaccines-go-global-so-do-its-shots-for-pneumonia-hepatitis>
- China Power. (23 de setembro de 2021). *Is China's Covid-19 Diplomacy Succeeding?* Obtido em 15 de novembro de 2021, de <https://chinapower.csis.org/china-covid-medical-vaccine-diplomacy/>
- China proposes an Asian infrastructure investment bank*. (3 de outubro de 2013). Obtido em 20 de novembro de 2020, de China Daily: https://www.chinadaily.com.cn/china/2013-10/03/content_17007977.htm
- Clarke, V., & Braun, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), pp. 77-101. Obtido em 23 de abril de 2020, de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>
- Communiqué of the Third Plenary Session of the 18th Central Committee of the Communist Party of China*. (15 de janeiro de 2014). Obtido em 15 de outubro de 2021, de China Internet Information Center: http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/15/content_31203056.htm
- Cook, S. (16 de novembro de 2021). *China's Content Manipulation Reaches New Frontiers*. Obtido em 19 de novembro de 2021, de The Diplomat: <https://thediplomat.com/2021/11/chinas-content-manipulation-reaches-new-frontiers/>

- Cooper III, C. A., Burke, E. J., Scobell, A., Lilly, S., Ohlandt, C. J., Warner, E., & Williams, J. (2020). *China's Grand Strategy - Trends, Trajectories and Long-Term Competition*. Santa Monica, California: RAND.
- Cunha, L. (2012). *A Hora do Dragão - Política Externa da China*. Lisboa: Zebra Publicações.
- Cunha, L. (2013). 18.º Congresso PCC: o fim de uma era. *Janus*, pp. 12-13. Obtido de http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013_1_2.pdf
- Ding, S. (2008). *The Dragon's Hidden Wings: How China Rises with its Soft Power*. Lexington Books.
- Doshi, R. (2021). *The Long Game: China's Grand Strategy to Displace American Order*. United States of America: Oxford University Press.
- Economy, E. C. (2018). *A Terceira Revolução: Xi Jinping and the new Chinese State*. New York: Oxford University Press.
- Garver, J. W. (1993). *The foreign relations of the People's Republic of China*. Longman.
- Gomes, G. S. (1990). A Política Externa e a Diplomacia numa estratégia nacional. *Nação e Defesa* n.º 56. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2669>
- Howell, J. (1993). *China Opens Its Doors*. Reino Unido: Harvester Wheatsheaf.
- Ikenberry, G., & Nexon, D. H. (10 de june de 2019). Hegemony Studies 3.0: The Dynamics of Hegemonic Orders. *Security Studies*, 28(3), pp. 395-421. doi:<https://doi.org/10.1080/09636412.2019.1604981>
- International Relations and Security Network. (3 de november de 1969). *Vietnamization*. Obtido em 20 de outubro de 2021, de Speech by US President Richard Nixon: https://www.files.ethz.ch/isn/125402/1172_NixonVietnamization.pdf
- Jia, Q. (abril de 1999). *From Self-imposed Isolated to Global Cooperation: The Evolution of Chinese Foreign Policy Since the 1980s*. Obtido em 14 de novembro de 2021, de Friedrich Ebert Stiftung: <https://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-1999-2/artjia.pdf>

- Jie, Y., & Ridout, L. (1 de novembro de 2021). *Who decides China's foreign policy? - The role of central government, provincial-level authorities and state-owned enterprises*. Obtido em 7 de novembro de 2021, de Chatham House: <https://www.chathamhouse.org/2021/11/who-decides-chinas-foreign-policy>
- Jinping, X. (16 de novembro de 2012). *Full text: Xi Jinping's remarks to the press*. Obtido em 8 de setembro de 2021, de China Internet Information Center: http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27130032.htm
- Jinping, X. (7 de setembro de 2013). *President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries*. Obtido em 20 de julho de 2021, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpfwzysiesgjtfhshzzfh_665686/t1076334.shtml
- Jinping, X. (24 de outubro de 2017). *Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress*. Obtido em 18 de outubro de 2021, de http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm
- Jinping, X. (18 de janeiro de 2017). *Work Together to Build a Community of Shared Future for Mankind*. Obtido em 14 de novembro de 2021, de Xinhua News Agency: http://www.xinhuanet.com/english/2017-01/19/c_135994707.htm
- Jinping, X. (18 de maio de 2020). *Full text: Speech by President Xi Jinping at opening of 73rd World Health Assembly*. Obtido em 15 de outubro de 2021, de Xinhuanet: http://www.xinhuanet.com/english/2020-05/18/c_139067018.htm
- Jinping, X. (22 de novembro de 2021). *For a Shared Future and Our Common Home*. Obtido em 22 de novembro de 2021, de Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.mfa.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202111/t20211122_10451280.html

- Jinping, X. (1 de julho de 2021). *Full Text: Speech by Xi Jinping at a ceremony marking the centenary of the CPC*. Obtido em 3 de novembro de 2021, de Xinhua News Agency: http://www.xinhuanet.com/english/special/2021-07/01/c_1310038244.htm
- Jintao, H. (15 de outubro de 2007). *Hu Jintao's report at 17th Party Congress*. Obtido em 20 de novembro de 2021, de China Internet Information Center: <http://www.china.org.cn/english/congress/229611.htm>
- Jintao, H. (17 de novembro de 2012). *Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress*. Obtido em 15 de novembro de 2021, de Embassy of the People's Republic of China in the United States of America: https://www.mfa.gov.cn/ce/ceus//eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm
- Kai, J. (28 de novembro de 2013). *Can China Build a Community of Common Destiny?* Obtido em 20 de novembro de 2021, de The Diplomat: <https://thediplomat.com/2013/11/can-china-build-a-community-of-common-destiny/>
- Kim, W., & Gates, S. (20 de agosto de 2015). Power transition theory and the rise of China. *International Area Studies Review*, 18(3), pp. 219–226. doi:<https://doi.org/10.1177/2233865915598545>
- Kissinger, H. (2011). *Da China*. Lisboa: Quetzal.
- Kristensen, H., & Korda, M. (26 de junho de 2021). *China Is Building A Second Nuclear Missile Silo Field*. Obtido em 10 de outubro de 2021, de Federation of American Scientists: <https://fas.org/blogs/security/2021/07/china-is-building-a-second-nuclear-missile-silo-field/>
- Lanteigne, M. (2020). *Chinese Foreign Policy: An Introduction*. Routledge.
- Lara, A. d. (2009). *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*. Lisboa: DisLivro.

- Lee, A. (9 de agosto de 2020). *What is China's social credit system and why is it controversial?* Obtido em 13 de novembro de 2021, de South China Morning Post: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3096090/what-chinas-social-credit-system-and-why-it-controversial>
- Mahbubani, K. (2020). *A China já ganhou?* (P. Tavares, & S. Felício, Trans.) Lisboa: Bertrand Editora.
- Mathias, D. S. (October de 2019). *The Belt and Road Initiative: The People's Republic of China's New Assertive Foreign Policy*. Obtido de Repositório ISCTE-IUL: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19212/1/master_diego_santana_mathias.pdf
- Mearsheimer, J. J. (2010). The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. *The Chinese Journal of International Politics*, 3, 381-396. Obtido em 10 de junho de 2020, de <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/3/4/381/439228?redirectedFrom=fulltext>
- Medeiros, E. S. (2009). *China's International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification*. RAND Corporation. Obtido de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND_MG850.pdf
- Mendes, C. A. (2011). Capítulo 14 - República Popular da China. Em M. R. (Coord.), *Política externa: As Relações Internacionais em Mudança* (pp. 435-461). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Obtido em 10 de outubro de 2021, de https://eg.uc.pt/bitstream/10316/41496/1/Pol%C3%ADtica%20externa_as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20em%20mudan%C3%A7a.pdf
- Mendes, C. A. (2020). *China Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Ministry of National Defense of the People's Republic of China. (junho de 2019). *China's National Defense in the New Era*. (L. Jiayao, Editor) Obtido em 12 de setembro de 2021, de http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm
- Ministry of National Defense People's Republic of China. (abril de 2013). *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Obtido em 8 de outubro de 2021, de http://eng.mod.gov.cn/publications/2021-06/23/content_4887929.htm
- Ministry of National Defense People's Republic of China. (Maio de 2015). *China's Military Strategy*. (H. Panyue, Editor) Obtido em 10 de setembro de 2021, de http://eng.mod.gov.cn/publications/2021-06/23/content_4887928.htm
- Missile Defense Advocacy Alliance. (24 de agosto de 2018). *China's Anti-Access Area Denial*. Obtido em 10 de setembro de 2021, de Missile Defense Advocacy Alliance (MDAA): <https://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-and-proliferation/todays-missile-threat/china/china-anti-access-area-denial/>
- Mongiardim, M. R. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2009). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Nye, J. (outubro de 2010). American and Chinese Power after the Financial Crisis. *The Washington Quarterly*, 33(4), pp. 143-153. Obtido em 8 de novembro de 2021, de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0163660X.2010.516634>
- Nye, J. S. (1990). Soft Power. *Foreign Policy - No. 80, Twentieth Anniversary*, pp. 153-171. Obtido de <https://www.jstor.org/stable/1148580>
- Patrício, R. (2014). Política Externa. Em N. C. Mendes, & F. P. Coutinho, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 407-410). Algragide, Portugal: Dom Quixote.
- Peace Palace Library. (5 de November de 2021). *Diplomacy*. Obtido de Peace Palace Library - The International Law Library: <https://peacepalacelibrary.nl/research-guide/diplomacy>

- Pinto, J. N. (2021). *Hegemonia - 7 Duelos pelo Poder Global*. Lisboa: Planeta de Livros Portugal.
- Pires, M. C., & Mattos, T. C. (2014). A paz como estratégia de desenvolvimento chinês: dos “cinco princípios de coexistência pacífica” ao princípio de “desenvolvimento pacífico”. Em R. Salatini (Org.), *Reflexões sobre a paz* (pp. 201-220). São Paulo: Cultura Acadêmica. Obtido em 10 de outubro de 2021
- Pottinger, M. (september/october de 2021). *Beijing's American Hustle*. Obtido em 10 de novembro de 2021, de <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2021-08-23/beijings-american-hustle>
- Rato, V. (2020). *De Mao a Xi: O Ressurgimento da China*. Óbidos: Alêtheia Editores.
- Rato, V., Tomé, L., & Simão, L. (20 de maio de 2020). "*Máquina de propaganda chinesa tornou esta crise numa oportunidade*". Obtido em 22 de maio de 2020, de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/mundo/ausencia-de-lideranca-dos-eua-foi-aproveitada-por-pequim-12219549.html>
- Ribeiro, A. S. (2010). *Teoria Geral da Estratégia - O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Romana, H. B. (2005). *República Popular da China - A Sede do Poder Estratégico (Mecanismos do Processo de Decisão)*. Coimbra: Almedina.
- Rudd, K. (6 de agosto de 2021). *Why the Quad Alarms China*. Obtido em 10 de setembro de 2021, de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-08-06/why-quad-alarms-china>
- Saich, T. (2004). *Governance and Politics of China*. New York: Palgrave Macmillan.
- Shambaugh, D. (Ed.). (2020). *China & the World*. New York: Oxford University Press.
- Shambaugh, D., & Robinson, T. (1994). *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford University Press.

Smith, Z. M. (13 de outubro de 2021). *New Tail for China's 'Wolf Warrior' Diplomats*. Obtido em 20 de novembro de 2021, de Center for Strategic and International Studies (CSIS): <https://www.csis.org/analysis/new-tail-chinas-wolf-warrior-diplomats>

Sobral, J. M. (30 de Abril de 2020). "*Esta é a pandemia da ascensão da China*", diz antropólogo José Manuel Sobral. Obtido em 11 de maio de 2020, de Observador: <https://observador.pt/2020/04/30/esta-e-a-pandemia-da-ascensao-da-china-diz-antropologo-jose-manuel-sobral/>

Soros, G. (13 de agosto de 2021). *Xi's Dictatorship Threatens the Chinese State*. Obtido em 5 de novembro de 2021, de The Wall Street Journal: <https://www.wsj.com/articles/xi-jinping-deng-xiaoping-dictatorship-ant-didi-economy-communist-party-beijing-authoritarian-11628885076>

Sousa, F. d. (2014). *Dicionário de relações internacionais* (3 ed.). Porto: Edições: Afrontamento.

The White House - Office of the Press Secretary. (7 de junho de 2013). *Remarks by President Obama and President Xi Jinping of the People's Republic of China Before Bilateral Meeting*. Obtido em 18 de outubro de 2021, de The White House - Office of the Press Secretary: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/06/07/remarks-president-obama-and-president-xi-jinping-peoples-republic-china->

The White House. (maio de 2010). *National Security Strategy*. Obtido em 4 de outubro de 2021, de https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf

The White House. (fevereiro de 2015). *National Security Strategy*. Obtido em 5 de outubro de 2021, de

https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf

The White House. (2017). *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC. Obtido em 8 de outubro de 2021, de <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>

The White House. (4 de outubro de 2018). *Remarks by Vice President Pence on the Administration's Policy Toward China*. Obtido em 8 de novembro de 2021, de The White House: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-vice-president-pence-administrations-policy-toward-china/>

The White House. (26 de maio de 2020). *United States Strategic Approach to the People's Republic of China*. Obtido em 20 de novembro de 2021, de The White House: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/articles/united-states-strategic-approach-to-the-peoples-republic-of-china/>

The White House. (12 de junho de 2021). *FACT SHEET: President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership*. Obtido em 8 de novembro de 2021, de The White House: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/12/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-launch-build-back-better-world-b3w-partnership/>

The White House. (Março de 2021). *Interim National Security Strategic Guidance*. Obtido em 18 de outubro de 2021, de The White House: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>

The White House. (15 de novembro de 2021). *Remarks by President Biden and President Xi of the People's Republic of China Before Virtual Meeting*. Obtido em 18 de novembro de 2021, de The White House: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements->

releases/2021/11/15/remarks-by-president-biden-and-president-xi-of-the-peoples-republic-of-china-before-virtual-meeting/

The White House. (15 de setembro de 2021). *Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announcing the Creation of AUKUS*. Obtido em 8 de outubro de 2021, de The White House: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aucus/>

Tobin, L. (novembro de 2018). Xi's Vision for Transforming Global Governance: A Strategic Challenge for Washington and Its Allies. *Texas National Security Review*, 2(1), pp. 154-166. Obtido em 13 de novembro de 2021, de Texas National Security Review: <https://repositories.lib.utexas.edu/handle/2152/73730>

U.S. Department of State. (18 de março de 2021). *Secretary Antony J. Blinken, National Security Advisor Jake Sullivan, Director Yang And State Councilor Wang At the Top of Their Meeting*. Obtido em 8 de novembro de 2021, de U.S. Department of State: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-national-security-advisor-jake-sullivan-chinese-director-of-the-office-of-the-central-commission-for-foreign-affairs-yang-jiechi-and-chinese-state-councilor-wang-yi-at-th/>

U.S.-China Economic and Security Review Commission. (17 de novembro de 2021). *2021 Report to Congress*. Obtido em 20 de novembro de 2021, de U.S.-China Economic and Security Review Commission: <https://www.uscc.gov/annual-report/2021-annual-report-congress>

Weissman, M. (2015). Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer "Striving For Achievement". *Jornal of China and International Relations*(1), pp. 151-166.

- Wu, L. (2018). *China and Global Governance under Xi Jinping: Problematizing China's Leadership through the Belt and Road Initiative*. Obtido de Repositório da Ulisboa: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16357/1/Final%20Master%27s%20Thesis.pdf>
- Xi explains China's reform plan*. (16 de outubro de 2013). Obtido em 14 de novembro de 2020, de China Daily: https://www.chinadaily.com.cn/china/2013cpctps/2013-11/16/content_17109863_2.htm
- Xinhua News Agency. (2017, março 17). *Outline of the 13th Five-Year Plan for the National Economic and Social Development of the People's Republic of China*. Retrieved maio 15, 2021, from The State Council the People's of Republic of China: http://www.gov.cn/xinwen/2016-03/17/content_5054992.htm
- Xinhua News Agency. (13 de march de 2021). *The Fourteenth Five-Year Plan for the National Economic and Social Development of the People's Republic of China and the Outline of the Long-term Goals for 2035*. Obtido em 8 de outubro de 2021, de The State Council the People's of Republic of China: http://www.gov.cn/xinwen/2021-03/13/content_5592681.htm
- Xuetong, Y. (22 de abril de 2014). From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, 7(2), pp. 153-184. Obtido em 22 de Abril de 2020, de <https://academic.oup.com/cjip/article/7/2/153/438673>
- Yi, W. (27 de September de 2013). *China at a New Starting Point*. Obtido em 15 de Abril de 2020, de Ministry of foreign Affairs of the People's Republic of China: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/t1082330.shtml

Zhao, S. (2016). The Ideological Campaign in Xi's China: Rebuilding Regime Legitimacy. *Asian Survey*, 56(6), pp. 1168-1193. Obtido em 20 de junho de 2021, de <https://www.jstor.org/stable/26364408>